



Comissão de Cultura



DESAFIOS PARA A CULTURA

Balço das atividades da
Comissão de Cultura da Câmara
dos Deputados (2014)



Câmara dos
Deputados

Brasília | 2015



DESAFIOS PARA A CULTURA

Balanco das atividades da
Comissão de Cultura da Câmara
dos Deputados (2014)

Mesa da Câmara dos Deputados
54ª Legislatura – 2011-2015

Presidente

Henrique Eduardo Alves

1º Vice-Presidente

Arlindo Chinaglia

2º Vice-Presidente

Fábio Faria

1º Secretário

Márcio Bittar

2º Secretário

Simão Sessim

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa

4º Secretário

Biffi

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Gonzaga Patriota

2º Suplente

Wolney Queiroz

3º Suplente

Vitor Penido

4º Suplente

Takayama

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos Deputados
Comissão de Cultura

Desafios para a Cultura

Balanço das atividades da
Comissão de Cultura da
Câmara dos Deputados (2014)

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2015

Câmara dos Deputados

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora: Heloísa Helena S. C. Antunes

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: Sílvio Avelino da Silva

Projeto gráfico: Paula Scherre

Capa e diagramação: Sarah Pacheco Alvim

Imagem da capa: http://endefensadelsl.org/ppl_es.html

O conteúdo e a revisão do texto desta publicação são de responsabilidade da Comissão de Cultura.

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

editora@camara.leg.br

SÉRIE

Comissões em Ação

n. 42

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Cultura.

Desafios para a cultura [recurso eletrônico] : balanço das atividades da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados (2014) / Câmara dos Deputados, Comissão de Cultura.

– Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

83 p. – (Série comissões em ação ; n. 42)

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Cultura, relatório.

I. Título. II. Série.

CDU 342.532(81)(047)

Sumário

<u>Membros da Comissão de Cultura – 2014</u>	<u>7</u>
<u>Quadro Técnico da Comissão de Cultura – 2014</u>	<u>9</u>
<u>Editorial</u>	<u>11</u>
<u>O que é a Comissão de Cultura</u>	<u>15</u>
<u>Atividades</u>	<u>17</u>
<u>Projetos Aprovados em 2014</u>	<u>51</u>
<u>Projetos em Tramitação</u>	<u>57</u>
<u>Com a Palavra</u>	<u>72</u>

MEMBROS DA Comissão de Cultura – 2014

Mesa da Comissão

Presidente	Alice Portugal	PCdoB/BA
1ª Vice-Presidente	Luciana Santos	PCdoB/PE
2º Vice-Presidente	Onofre Santo Agostini	PSD/SC
3º Vice-Presidente	Evandro Milhomen	PCdoB/AP

Composição da Comissão

TITULARES

SUPLENTES

PT

Angelo Vanhoni – PT/PR	Artur Bruno – PT/CE
Magela – PT/DF	Fátima Bezerra – PT/RN – vaga do PSD
Paulão – PT/AL	Iriny Lopes – PT/ES
	Maria Lucia Prandi – PT/SP – vaga do PSD
	Newton Lima – PT/SP

PMDB

Gabriel Chalita – PMDB/SP	Edio Lopes – PMDB/RR
Rose de Freitas – PMDB/ES	Marinha Raupp – PMDB/RO
(Deputado do DEM ocupa a vaga)	1 vaga

PSDB

Pinto Itamaraty – PSDB/MA	Domingos Sávio – PSDB/MG
Raimundo Gomes de Matos – PSDB/CE	(Deputado do DEM ocupa a vaga)

PSD

Onofre Santo Agostini – PSD/SC	(Deputado do PT ocupa a vaga)
(Deputado do DEM ocupa a vaga)	(Deputado do PT ocupa a vaga)

Composição da Comissão

PP

(Deputado do PCdoB ocupa a vaga) 1 vaga

PR

Tiririca – PR/SP Anderson Ferreira – PR/PE

PSB

(Deputado do PSOL ocupa a vaga) Leopoldo Meyer – PSB/PR

DEM

Claudio Cajado – DEM/BA – vaga do PMDB Alexandre Leite – DEM/SP – vaga do PSDB

Ronaldo Caiado – DEM/GO – vaga do PSD Mendonça Filho – DEM/PE

(Deputado do PCdoB ocupa a vaga) Professora Dorinha Seabra Rezende – DEM/TO – vaga do PDT

SD

Wladimir Costa – SD/PA Arthur Oliveira Maia – SD/BA

PTB

Alex Canziani – PTB/PR Eros Biondini – PTB/MG

Bloco PV, PPS

Stepan Nercessian – PPS/RJ Penna – PV/SP

PROS

1 vaga Liliam Sá – PROS/RJ

PDT

Paulo Rubem Santiago – PDT/PE (Deputado do DEM ocupa a vaga)

PCdoB

Alice Portugal – PCdoB/BA Jandira Feghali – PCdoB/RJ

Evandro Milhomen – PCdoB/AP – vaga do PP

Luciana Santos – PCdoB/PE – vaga do DEM

PSOL

Jean Wyllys – PSOL/RJ – vaga do PSB

QUADRO TÉCNICO DA **Comissão de Cultura – 2014**

Secretária da Comissão

Nádia das Neves Raposo

Equipe de apoio técnico e administrativo

Ana Prestes

Cristian Santos

Federico Vázquez

Frederico Santos

Jessé Rodrigues

Laila Monaiar

Lóris Canhetti

Luisa Paula de Oliveira

Maiana Neves

Maria Lúcia Rodrigues

Adolescentes

Amanda Rodrigues

Felipe Santos

Editorial

A COMISSÃO DE CULTURA E SEUS DESAFIOS

A Comissão de Cultura completará dois anos de existência em 6 de março de 2015. Orgulho-me de ter conduzido uma das mais jovens Comissões do Congresso Nacional. Esta vivência me fez pensar o quão importante é este espaço de debate, reflexão e deliberação para as políticas culturais do Brasil.

Diversos programas foram implantados no país e tantos outros projetos têm sido discutidos, inclusive no âmbito da Câmara, destinados a valorar uma multiplicidade de manifestações culturais e a garantir ao povo brasileiro o acesso a bens simbólicos. Não resta dúvida de que um dos mais importantes projetos levados a cabo pelo governo federal foi o Programa Cultura Viva que após três anos de existência converteu-se em Projeto de Lei, promulgado como Lei nº 13.018 de 2014, conhecida por Lei Cultura Viva.

Foi a experiência de milhares de Pontos e Pontões de Cultura, com uma gama diversa de ações, que aproximou o cidadão com o Estado, permitindo debates referentes a marcos legais que tem pautado as decisões dos gestores, governantes e parlamentares, garantindo, desse modo, a plena efetivação dos direitos.

A cultura nunca esteve tão presente no Congresso como nestes últimos anos e, principalmente, nesta Casa. Além da esfera pública, questões culturais foram discutidas nas ruas, vilas, aldeias, praças, universidades e tantos outros espaços, retratadas nas redes sociais e em outros espaços da internet. Ademais, a cultura balizou parte das discussões no processo eleitoral deste ano, explicitando desafios e apontando propostas. E esta disputa continuará.

Tenho muito claro que foi com a vivência e as experiências culturais destes últimos doze anos que a cultura assumiu novas feições, se impondo como uma das principais temáticas na esfera política. “Queremos debater”, dizem os jovens; “Queremos ser ouvidas”, dizem as crianças; “Queremos ser respeitadas”, dizem as mulheres; “Queremos nosso direito reconhecido”, dizem os povos tradicionais; “Queremos ser tratados com igualdade”, dizem os negros; “Queremos ser quem somos sem preconceito”, dizem os homoafetivos.

Como presidenta da Comissão de Cultura fiz tudo o que estava em minhas mãos para responder aos anseios de milhares de brasileiras e brasileiros por mais cultura.

Em meio a discussões acaloradas sobre investimentos e gastos públicos, sendo estes tratados como desperdício com o dinheiro do contribuinte, a Comissão convidou para debater a implementação do Vale Cultura a ministra Marta Suplicy, com quem firmamos uma grande parceria ao longo do ano, além de empresas, sindicatos de trabalhadores, gestores públicos e produtores. As mesmas empresas e entidades que defendem a Lei Rouanet, cuja maior ampliação está na renúncia fiscal pautadas por ações culturais de interesse das suas áreas e diretorias de marketing, foram convidadas para assumir o compromisso de efetivar a política que objetiva ampliar o acesso à Cultura e fortalecer o mercado cultural. Ficou constatado na audiência que ainda existe uma grande resistência das empresas em garantir aos trabalhadores a autonomia de escolher o que realmente querem consumir culturalmente.

Debatemos a definição de livro digital, que será beneficiado pelas isenções fiscais que o livro físico em papel tem. É grande o esforço de algumas empresas e parlamentares para que os dispositivos de leitura, conhecidos por *e-books*, sejam inseridos no mercado nacional totalmente isentos de impostos, em detrimento da indústria nacional. Os equipamentos em questão são fabricados no exterior, não geram mão de obra e nem tecnologia no país. Proposto para que sejam incluídos na Lei do Bem, o relatório está agora sendo debatido na Comissão de Finanças e Tributação para garantir a isenção total.

Também realizamos audiência pública para analisar a Lei de Cota de Tela, que garante a exibição da produção nacional de audiovisual nos canais de TV a Cabo, o que fez com que nestes dois últimos anos aumentasse a produção audiovisual nacional. Esta lei é fomentada pe-

los recursos do Fundo Setorial para o Audiovisual, sob administração da Agência Nacional de Cinema (Ancine), e que neste momento estão sendo contestados na Comissão de Finanças e Tributação por meio de Projeto de Lei. Via requerimento à Mesa Diretora da Casa, conseguimos que o projeto seja contemplado pela nossa Comissão de Cultura para garantir o mesmo índice de contribuição em vigência e que mantêm as políticas atuais do audiovisual.

No penúltimo Expresso 168 (encontros com gestores, produtores e artistas para debater a política cultural), debatemos os Desafios para a Cultura no próximo período. Está claro que, assim como as grandes potências tiveram na Cultura seu alicerce para construir determinados modelos de sociedade, devemos preservar, nesta Comissão, os debates sobre a destinação dos recursos do Estado brasileiro e seu poder de valorizar a nossa cultura de solidariedade, diversidade e de respeito ao próximo e ao meio ambiente. Enfim, uma cultura de sustentabilidade, não só de plantas, mas de mulheres e homens comprometidos com o desenvolvimento e fortalecidos pela sua autonomia crítica e criativa.

Em nosso último debate sobre recursos, na construção do orçamento para 2015, aprovamos os textos das emendas da Comissão de Cultura visando destinar R\$ 699 milhões de reais do orçamento da União, reservados para emendas de Comissões, em investimentos na área da cultura. Nossas emendas se destinam ao Fundo Nacional de Cultura, ao Espaço Cultural da Marinha, que se prepara para as Olimpíadas, e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), que leva ao exterior nossa cultura e convida turistas a virem passear e contratar produtos e serviços de nossa economia criativa.

Além disso, foi um ano marcado pela memória dos 50 anos do golpe de 64 que ceifou nossa produção cultural por anos, pela realização de uma exitosa Copa do Mundo de futebol que divulgou nosso país e nossa cultura no exterior e entrecortado por uma das eleições mais acirradas da história do Brasil, destes poucos anos de período democrático.

Apresentaremos nas páginas seguintes o relatório do último ano de trabalho desta Comissão, com nossas atividades e conquistas, incluindo uma listagem de projetos que tramitaram e tramitam em nosso Plenário. Além disso, parlamentares da Comissão e convidados nos apresentaram com artigos destinados a apresentar os desafios para a Cultura.

Desejo aos próximos presidentes, integrantes desta Comissão e a todos os interessados, grandes conquistas no futuro próximo. Devemos dar à Cultura sua dimensão estratégica e o cuidado necessário que as políticas culturais demandam para avançarmos na construção de um país mais vivo e democrático.

Alice Portugal

Presidenta

Deputada Federal / PCdoB-BA

O que é a Comissão de Cultura

A Comissão de Cultura é uma das 21 Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Criada em 27 de fevereiro de 2013, por meio da Resolução 21, a Comissão se propõe a construir um diálogo permanente com a sociedade e com o Poder Executivo para garantir os direitos culturais da sociedade brasileira.

Composta por 19 membros titulares e igual número de suplentes, a Comissão de Cultura é fruto do desmembramento da Comissão de Educação e Cultura. Com este ato, o tema ganhou destaque na Casa e passou a ter um espaço institucional para ampliar os debates sobre as políticas culturais no País.

Entre suas atribuições regimentais estão:

- Desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico, acordos culturais com outros países;
- Direito de imprensa, informação e manifestação do pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;
- Produção intelectual e sua proteção, direitos autorais e conexos;
- Gestão da documentação governamental e patrimônio arquivístico nacional;
- Diversões e espetáculos públicos;
- Datas comemorativas;
- Homenagens cívicas.

A Comissão de Cultura possui quatro subcomissões, sendo uma permanente e três especiais:

- Subcomissão Permanente para tratar da simplificação e desburocratização das condições de trabalho na área cultural. Presidente: deputado Stepan Nercessian (PPS/RJ);

- Subcomissão Especial destinada à identificação de fontes de financiamento para a cultura. Presidente: deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO);
- Subcomissão Especial destinada a avaliar e promover a participação cultural das minorias sociais do Brasil. Presidente: deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ);
- Subcomissão Especial para o legado cultural, para acompanhamento da organização dos megaeventos esportivos, em particular os investimentos em infraestrutura cultural. Presidente: deputado Angelo Vanhoni (PT/PR).

Atividades

MÚSICA CAIPIRA É VALORIZADA NA COMISSÃO DE CULTURA



Os deputados Alice Portugal e Onofre Santo Agostini durante a audiência pública que discutiu o “Dia Nacional da Música Raiz – Caipira” – Foto: Richard Silva

A Comissão de Cultura realizou, no dia 25 de março, Audiência Pública para discutir sobre o “Dia Nacional da Música Raiz – Caipira”. O pedido para a realização da audiência foi proposto pelo deputado Onofre Santo Agostini (PSD/SC), autor do Projeto de Lei N° 7131/2014 que institui o dia 17 de fevereiro como o “Dia Nacional da Música Raiz – Caipira”.

Para a presidente da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal, as datas comemorativas são importantes, pois mostram uma determinada

iniciativa de resguardar as manifestações culturais. “A música caipira de raiz é a musica do homem do campo, é o canto dos recantos dos rincões do nosso país. É uma música que toca o coração dos brasileiros. Para nós é muito importante que esta manifestação seja resguardada e resgatada. A aprovação desse dia será, sem dúvida, uma marca de respeito dessa Comissão a esta manifestação cultural”, afirmou a deputada Alice Portugal durante a audiência.

O projeto de autoria do deputado Onofre Santo Agostini já está em andamento. Segundo a deputada Alice Portugal, a audiência marcou a importância do projeto. “A audiência chamou a atenção dos trabalhadores mais populares desta Casa Legislativa. Isso mostra o apelo popular que tem a música caipira de raiz. A audiência foi emocionante e espero que em breve tempo aprovemos o projeto do deputado”, ressaltou a deputada.

O deputado Onofre Santo Agostini fez um agradecimento à deputada Alice Portugal por ter abraçado a causa da música caipira. “A deputada é uma entusiasta das diferentes formas culturais e facilitou para que fosse realizada esta audiência. O Brasil precisa tomar conhecimento da importância da música caipira para a história cultural do nosso país”, destacou o deputado.

Participaram da audiência o apresentador do Programa Brasil Caipira, Luiz Rocha, o presidente do Clube do Violeiro Caipira de Brasília, Volmi Batista da Silva, e a tradicional dupla sertaneja Zé Mulato e Cassiano.

Durante a audiência, Luiz Rocha destacou a falta de apoio à música caipira brasileira e o baixo valor dos cachês dos cantores deste segmento. “A música caipira e o céu têm algo em comum. Todos querem ir para o céu, mas não querem morrer. Todos gostam da música caipira, mas ninguém ajuda”, desabafou o apresentador do Programa Brasil Caipira.

Para fechar com chave de ouro, a dupla sertaneja Zé Mulato e Cassiano brilhou a audiência com as clássicas canções caipiras da dupla.

MANIFESTO DESTACA O PAPEL DA CULTURA NA RESISTÊNCIA À DITADURA



Manifesto Cultural “Ditadura Nunca Mais”, realizado pela Comissão de Cultura, lembrou a passagem do Golpe de 64 – Fotos: Richard Silva

Músicos, atores, deputados, senadores e servidores da Câmara dos Deputados participaram do Manifesto Cultural “Ditadura Nunca Mais – Cultura e Resistência ao Golpe de 64”, realizado pela Comissão de Cultura, no dia 1º de abril, data que marca a passagem dos 50 anos do Golpe Militar de 1964. O ato destacou a importância da cultura na luta contra a censura instalada pela ditadura militar e na construção do processo de redemocratização do Brasil.

O Hall da Taquigrafia da Câmara foi palco de apresentações que trouxeram ao público música, teatro e poesia. Participaram do manifesto os artistas Andréia Roseno, Jaguaraci de Andrade, Márcia Short, Raimundo Sodré e Wanessa Fagundes e o grupo Coletivo Teatral Commune.

Para a presidenta da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), o manifesto foi de fundamental importância, pois a cultura brasileira foi reprimida e censurada durante os anos sombrios da ditadura. “Este ato de hoje é um clamor para que não haja mais ditadura e censura no Brasil e que a cultura brasileira fale alto em defesa da liberdade”, destacou a deputada.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), ex-presidente da Comissão de Cultura, afirmou que o manifesto é uma importante iniciativa que só a Comissão de Cultura poderia realizar. “É papel desta Comissão lembrar a repercussão da restrição democrática nas artes brasileiras, daqueles que através das suas criações e poesias resistiram com muita coragem as arbitrariedades, o autoritarismo, a violência à liberdade de expressão e à liberdade do povo brasileiro”, ressaltou a deputada.

Durante o manifesto, o senador Eduardo Suplicy afirmou que serão abertas as investigações referentes aos centros de torturas da ditadura. “Quero cumprimentar a todos neste ato e dizer que o ministro Celso Amorim afirmou que serão abertas as investigações, por parte das Forças Armadas, relativas aos centros de tortura identificados. É uma informação relevante e que certamente vem ao encontro das aspirações de todos vocês aqui que querem justiça”, destacou o senador.

A cantora baiana Márcia Short destacou a questão da exclusão do negro e de muitos artistas de hoje. “Precisamos que seja mantida a chama da democracia no Brasil, inspirando os nossos jovens negros. O extermínio da juventude negra no Brasil e na Bahia ainda é o nosso grande algoz. Precisamos ser vistos, pois vivemos da música, somos pais e mães de família. Não podemos deixar que apenas cinco famílias tomem conta da mídia inteira. Embaixo desse teto, peço aos senhores, comprometidos com a nossa luta de real democracia, que cuidem de nós, artistas brasileiros”, clamou a cantora.

Durante a apresentação, a artista Andréia Roseno falou das feridas e cicatrizes que a ditadura deixou nas famílias brasileiras. “Hoje estamos aqui lembrando que neste país teve ditadura e que nessa ditadura famílias inteiras foram mortas, torturadas e destruídas. Sonhos de uma geração foram jogados fora, jogados no mar. É importante hoje celebrarmos a cultura popular brasileira que resistiu e que resisti até hoje”, enfatizou a cantora.

O Coletivo Teatral Commune trouxe ao manifesto a peça “Entrevista com a Ditadura”. Para o diretor do grupo, Augusto Marin, participar do ato foi uma oportunidade única, pois reuniu artistas e grupos de todo o Brasil, de vários segmentos artísticos e culturais, misturando música, teatro e poesia. “Ao trazer para a cena a Ditadura, em pessoa que está velha, caduca, caquética e vive numa casa de repouso em Americana, ironizamos essas pessoas que ainda hoje, passados 50 anos do golpe, defendem o Golpe e a Ditadura, um dos momentos mais tristes e sangrentos de nossa história republicana”, ressaltou o artista.

Considerado um dos cantores mais importantes da Bahia, Raimundo Sodré foi perseguindo durante a ditadura. No manifesto, ele cantou músicas que foram censuradas e que clamam pela liberdade do povo brasileiro. “Até hoje sinto os reflexos da ditadura. Fiquei emocionado ao ouvir o público do manifesto cantando a música “A Massa” que foi censurada. Fui perseguido por políticos baianos. Participar deste ato me deu mais força para continuar a minha luta”, afirmou o cantor baiano. Abaixo, um trecho da música “A Massa”, de Raimundo Sodré e Jorge Portugal.

“A dor da gente é dor de menino acanhado
Menino-bezerro pisado no curral do mundo a penar
Que salta aos olhos igual a um gemido calado
A sombra do mal-assombrado é a dor de nem poder chorar
Moinho de homens que nem girimuns amassados
Mansos meninos domados, massa de medos iguais
Amassando a massa, a mão que amassa a comida
Esculpe, modela e castiga a massa dos homens normais.”

Trecho da música “A Massa” – Raimundo Sodré e Jorge Portugal

AUDIÊNCIA DEBATE COTA PARA FILMES NACIONAIS EM CINEMAS



A audiência foi proposta pelo deputado Stepan Nercessian – Foto: Lóris Canhetti/CCult

Com o objetivo de discutir a chamada “cota de tela” que prevê a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais por determinados períodos

nos cinemas, a Comissão de Cultura realizou audiência pública, no dia 08 de abril. Participaram do debate o presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Manoel Rangel, o cineasta Luiz Carlos Barreto, o presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas Exibidoras, Distribuidoras e Produtoras de Filmes e Vídeos Cinematográficos do Estado do Rio Grande do Sul (SEECERGS), Jorge Ivan Barcelos, e o advogado do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual, Claudio Lins de Vasconcelos.

Autor do requerimento para realização da audiência, o deputado Stepan Nercessian (PPS-RJ) destacou a importância de discutir o tema, uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgará recurso interposto pelo Sindicato das Empresas Exibidoras Cinematográficas do Rio Grande do Sul, que sustenta serem inconstitucionais os artigos 55 e 59 da Medida Provisória (MP) 2.228/01, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema e fixa a “cota de tela”.

Para a presidenta da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), o tema da audiência é de grande relevância, pois é uma agressão à produção audiovisual nacional querer reduzir ou mesmo retirar a “cota de tela” do cinema brasileiro. “Nesse sentido, a nossa posição foi de buscar todo amparo legal e político para impedir que haja essa diminuição. As nossas produções precisam desse espaço de difusão. Ficamos de procurar a Embratur [Instituto Brasileiro de Turismo] para que nas feiras internacionais sejam exibidos filmes brasileiros”, destacou a deputada.

Regulamentada pela Ancine, a “cota de tela” é um instrumento legal adotado por vários países a fim de promover a competitividade e a sustentabilidade da indústria cinematográfica nacional. Segundo o presidente da Ancine, Manoel Rangel, a cota existe desde a década de 30. “De lá pra cá, várias leis acolheram a cota de tela como mecanismo de estímulo a nossa indústria cinematográfica, de promoção da cultura e democracia, mas também para que pudéssemos promover o desenvolvimento econômico neste setor tão importante que gera emprego de alta qualificação e atrai divisas. A cota de tela ao longo desse tempo foi fundamental para que construíssemos a indústria cinematográfica brasileira tal como ela é hoje”, destacou Rangel.

Sobre o recurso protocolado pelo Sindicato das Empresas Exibidoras Cinematográficas do Rio Grande do Sul no STF, o presidente da Ancine acredita que o Supremo irá legitimar a “cota de tela”. “Estamos otimis-

tas, pois a cota é um instrumento validado por 80 anos de aplicação e de pactuação na sociedade brasileira. É um instrumento acolhido pela Constituição Federal nos seus artigos 215 e 216, da promoção da cultura brasileira”, enfatizou Manoel Rangel.

De acordo com o cineasta Luiz Carlos Barreto, dezenas de filmes nacionais não são mostradas ao público por falta de espaço. “A cota de tela ainda tem que ser maior, como era nos anos 70. Quando nos perguntam: vocês querem chegar aonde? Nós queremos chegar a 365 dias de exibição de filmes brasileiros. Isso seria o ideal: você conseguir que o seu mercado seja ocupado majoritariamente pelo produto nacional”, afirmou o cineasta.

AUDIÊNCIA DESTACA OS REFLEXOS DO GOLPE MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA



O palestrante Marcos Guerra falou dos reflexos negativos da ditadura na educação brasileira – Foto: Acervo Câmara

A Comissão de Cultura realizou, no dia 24 de abril, em conjunto com a Comissão de Educação, audiência pública para discutir os reflexos do Golpe Militar de 64 na educação brasileira. A audiência foi proposta

pelas deputadas Alice Portugal (PCdoB/BA), presidenta da Comissão de Cultura, e Fátima Bezerra (PT/RN).

Para a deputada Fátima Bezerra, a audiência fez um resgate, do ponto de vista histórico, de um período que infelicitou a vida do povo brasileiro. “A ditadura golpeou duramente experiências exitosas no campo da educação naquela época. O próprio Plano Nacional de Educação, idealizado por Paulo Freire, lançado no governo João Goulart, foi duramente golpeado pelo advento da ditadura militar”, afirmou a deputada, ressaltando que a audiência teve um caráter pedagógico, pois contribuiu para que as gerações presentes e futuras tenham uma melhor compreensão desse período.

Durante a audiência, o professor Volnei Garrafa, representante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), destacou que a educação não é um bem a ser adquirido, mas sim um direito humano. “Há uma diferença entre um direito humano e um bem. Um bem é algo que você pode comprar, mas a educação deve ser vista pelos países como um direito humano que se configura com o nascimento da pessoa. A ditadura militar amordaçou toda uma geração. Agora, estamos tentando retomar um novo caminho, pois a educação é algo libertador”, ressaltou o professor.

Presente na audiência, Emir Sader, sociólogo e cientista político, afirmou que o grande reflexo da ditadura na educação brasileira foi a perda da escola pública como espaço de socialização, principalmente para os jovens pobres. “A ditadura militar deteriorou a escola e a família. A reconquista da educação primária e média é um tema fundamental da democracia brasileira, mas um tema que ainda estamos brutalmente atrasados”, disse o sociólogo.

Segundo Marcos Guerra, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – RN, antes do golpe militar, havia debate entre a sociedade e a universidade, mas a ditadura eximiu toda essa construção. “Tive o privilégio de fazer parte de uma geração que estava inserida numa universidade aberta e oxigenada, num link direto com os grandes temas que estavam sendo discutidos na população. Com a ditadura, houve um encarceramento que contribuiu para esclerosar a universidade brasileira”, enfatizou Marcos Guerra.

O debate contou ainda com a participação de Sadi dal Rosso, professor da Universidade de Brasília (UnB), e Moacir Gadotti, presidente do Instituto Paulo Freire, que destacaram outros reflexos da ditadura militar na educação brasileira.

CCULT CELEBRA OS 100 ANOS DE DORIVAL CAYMMI



Encontro discutiu a importância do legado que o cantor baiano Dorival Caymmi deixou para a cultura brasileira – Foto: Lóris Canhetti/CCult

Com música, história e poesia, a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, presidida pela deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), relembrou a obra do cantor Dorival Caymmi e prestou homenagens ao centenário do músico. Durante audiência pública, realizada no dia 22 de abril, foi discutida a importância do legado que o cantor baiano deixou para a cultura brasileira.

Segundo o deputado Penna (PV/SP), proponente da audiência pública, a ideia foi trazer a obra de Caymmi para aproximar a Câmara dos Deputados das aspirações populares. “Tenho sempre a ideia de que podemos melhorar essa Casa e aproximá-la dos sonhos do povo. O jeito de Caymmi trabalhar a palavra cantada foi algo de tamanha precisão que vai perpassar anos e anos pela sua capacidade de musicar palavras. Caymmi é um mestre que muito nos ensinou”, destacou o deputado.

A audiência contou com a participação do filho do músico, Danilo Caymmi, que relembrou histórias do cantor e falou da influência do pai em sua vida artística. “Meu pai me ensinou muita coisa da profissão, o gosto pelas artes plásticas, poesia, literatura e cinema. Ele me ensinou

que melodia boa passa os tempos e ele tem toda a razão, pois a obra dele ainda está viva”, disse Danilo.

Historiador e presidente da Academia de Letras do Rio de Janeiro, Ricardo Cravo Albin destacou que as músicas de Caymmi buscavam sempre a felicidade. “Caymmi abrigou exatamente essa possibilidade de ser feliz na sua música. A música dele é o resumo da alma atemporal, mulata, faceira e generosa do povo brasileiro. A obra de Dorival Caymmi representa o Brasil plural”, afirmou o historiador.

Algumas músicas do baiano levaram anos para serem finalizadas. Durante a audiência, o professor e escritor Marielson Carvalho destacou essa questão do tempo que Caymmi levava para compor. “Quando falamos em preguiça de baiano temos a ideia de que o baiano não gosta de trabalhar, mas nas canções de Caymmi não existe nenhuma apologia à preguiça, pois todos os personagens dele trabalham, como a baiana do acarajé, o pescador que vai para o mar. A preguiça de Caymmi é contemplativa, laboral. Essa demora de fazer as canções não era preguiça, mas sim o tempo ideal dele de criar”, enfatizou o pesquisador.

A audiência contou também com a participação do advogado João Jorge Amado, filho de Jorge Amado, que destacou a grande relação de Caymmi com seu pai.

EMENDA 49: UMA VITÓRIA DO COOPERATIVISMO CULTURAL!

A luta das cooperativas culturais pelo fim da cobrança do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as atividades oferecidas por grupos e artistas cooperados chegou ao fim. Isso porque o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 2 de abril, a inclusão da emenda 49 ao texto final da Medida Provisória 627/2013, que promove uma série de alterações em normas tributárias e contábeis.

Incansavelmente, representantes de cooperativas culturais estiveram na Câmara dos Deputados para conseguir apoio dos parlamentares para a aprovação da emenda 49. A presidente da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), abraçou a luta dos artistas por entender que a isenção da cobrança do PIS/Cofins sobre os serviços dos cooperados estimulará o cooperativismo cultural.

A presidente da Comissão articulou os parlamentares para a apreciação da matéria. “Nos dirigimos a todos os líderes, ao presidente da Casa, a todos os deputados, na busca de que eles compreendessem que desonerar as cooperativas de cultura do PIS e Cofins é, efetivamente, promover a possibilidade da cultura como elemento de agregação e de garantir solidariamente o desenvolvimento econômico desta que é uma atividade importante para o povo brasileiro”, destacou Alice Portugal.

Para o ator Paulo Celestino, o papel da Comissão de Cultura foi fundamental no processo de articulação para a aprovação da emenda 49. “Contamos com o apoio desta Comissão desde o ano passado. Neste ano, a presidente Alice Portugal enviou ofícios aos líderes parlamentares e fez uma Moção de Apoio à luta das cooperativas culturais. Isso potencializou a articulação com os deputados para a aprovação da emenda”, afirmou o ator.

A Moção de Apoio às cooperativas culturais foi enviada, pela deputada Alice Portugal, ao governo, à Casa Civil e ao Ministério da Fazenda, a fim de estabelecer diálogo quanto à luta das cooperativas.

Compositor e presidente da Cooperativa de Música de São Paulo, Luis Felipe Gama destacou que as cooperativas culturais estavam ameaçadas pela cobrança injusta de PIS e Cofins sobre o ingresso de dinheiro que remunera o trabalho de profissionais autônomos. “Essa emenda significa que o Estado brasileiro vai preservar um dos modelos mais exitosos e interessantes do mundo de organização de trabalhadores, de artistas, técnicos, da produção das linguagens artísticas, que são as cooperativas de cultura. Pra gente é um momento histórico, importantíssimo. Graças a parlamentares brilhantes nós tivemos uma vitória belíssima. Saímos daqui já acordados com o governo federal, de maneira que não temos nem a possibilidade do veto”, afirmou.

O vice-presidente da Cooperativa de Música de São Paulo, Lourenço Loop B, destacou o trabalho da Comissão de Cultura no processo de convencimento dos parlamentares na aprovação da emenda. “A Comissão sempre nos recebeu de braços abertos. Em todos os gabinetes que entrávamos, os parlamentares já sabiam da nossa luta. O trabalho da Comissão foi fundamental”, ressaltou Loop B.

Sancionada pela presidenta Dilma, a matéria virou lei e aguarda apenas a elaboração da Instrução Normativa (IN) pelo Ministério da Fazenda.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTE O MERCADO DO LIVRO DIGITAL NO BRASIL



Audiência, presidida pela deputada Alice Portugal, discutiu o mercado do livro digital no Brasil – Foto: Lóris Canhetti/CCult

A Comissão de Cultura realizou audiência pública, no dia 6 de maio, que discutiu o futuro e o mercado do livro digital no Brasil. O evento, realizado em conjunto com a Comissão de Educação e proposto pelas deputadas Fátima Bezerra (PT/RN) e Iriny Lopes (PT-RJ), reuniu escritores e representantes dos segmentos do livro e dos ministérios da Educação (MEC) e da Cultura (Minc), além do senador Acir Gurgacz (PDT/RO), autor do Projeto de Lei nº 4534/2012 que atualiza e institui a Política Nacional do Livro (PNL).

Para a presidenta da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), o debate colocou na ordem do dia a convivência entre o livro impresso e as novas tecnologias. “A discussão sobre o livro digital é se, efetivamente, o suporte (tablet, software) pode ser equiparado a livro. É um tema que temos que trabalhar com muita responsabilidade. Livro é conteúdo, tem natureza autoral; o autor tem direito sobre ele e nós não podemos, de jeito nenhum, ficar aprisionados apenas a um determinado software, a um suporte desta ou daquela empresa”, destacou a deputada.

Pelo PL nº 4534/2012, em tramitação no Congresso Nacional, os conteúdos digitais (e-books) e seu suporte de leitura (e-readers) serão

tratados como livro e receberão incentivos fiscais para serem comercializados no país. Este é um ponto polêmico do projeto e que foi bastante discutido na audiência. “A isenção fiscal é para que nós tenhamos um custo mais baixo e, assim, as pessoas terem acesso aos equipamentos”, afirmou o senador Acir Gurgacz.

Por outro lado, Tereza Kikuchi, produtora editorial, é contrária à isenção fiscal para os equipamentos. “Não me parece certo que um conteúdo que não viabiliza a democratização da informação receba isenção de imposto. Diferentemente de um livro físico, um livro digital com DRM [Digital Rights Management ou gestão de direitos digitais] não pode ser sequer emprestado. Isso merece isenção? Penso que o dinheiro público deve ser melhor investido”, enfatizou a produtora.

Os debates travados durante a audiência servirão de base para que a deputada Fátima Bezerra, relatora do PL nº 4534/2012 na Comissão de Cultura, formule o seu parecer.

SEMINÁRIO DISCUTE A POPULARIZAÇÃO DO VALE CULTURA



Seminário contou com a participação da ministra da Cultura, Marta Suplicy – Foto: Lóris Canhetti/CCult

A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados realizou, no dia 15 de maio, um seminário para discutir a incorporação do Vale Cultura nos acordos coletivos e nas políticas públicas executadas pela gestão pública. O evento foi proposto pela presidenta da Comissão, deputada Alice Portugal, que busca popularizar este importante instrumento de emancipação e sustentabilidade cultural para os trabalhadores brasileiros.

“É necessário fazer essa lei pegar, pois é fundamental que os trabalhadores brasileiros tenham acesso a esse direito e possam usufruir e consumir cultura. O Vale Cultura é uma política pública que envolve a parceria com as empresas e que caracteriza a necessidade da difusão cultural e, acima de tudo, a garantia de que todas as camadas sociais tenham igual direito de acesso à cultura”, destacou a deputada.

Criado pela Lei 12.761/2012, o Vale Cultura é um benefício no valor mensal de R\$ 50 que pode ser oferecido pelas empresas aos trabalhadores que recebam até cinco salários mínimos. “Este seminário foi positivo, pois tivemos aqui as principais centrais sindicais e será por meio delas e dos acordos coletivos que iremos implantar o Vale Cultura no Brasil”, afirmou a ministra da Cultura, Marta Suplicy.

Para Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), ainda falta conscientização por parte dos empresários para a implantação do Vale Cultura. “Os empresários ainda não compreenderam o valor efetivo que vai além desses 50 reais. Isso vai para a mudança da estrutura do nosso país”, ressaltou Patah.

A deputada Alice Portugal comemorou o resultado do seminário. “Ouvindo as centrais sindicais, o Ministério da Cultura, a Confederação Nacional de Serviços e os deputados, concluímos que é possível fazer do Vale Cultura uma realidade que expanda a difusão cultural em nosso país”, finalizou a presidenta da Comissão de Cultura.

MANIFESTO CULTURAL CELEBRA OS 90 ANOS DA COLUNA PRESTES



Comissão de Cultura leva à Câmara dos Deputados exposição sobre os 90 anos da Coluna Prestes – Foto: CCult

A Comissão de Cultura realizou, no dia 20 de maio, mais uma edição dos Manifestos Culturais, trazendo uma exposição sobre os 90 anos da Coluna Prestes, em parceria com a Fundação Maurício Grabois. Na ocasião, foram lançados os livros “Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes”, de Maria Prestes, viúva de Luiz Carlos Prestes, e “Miguel Costa: um herói brasileiro”, de Yuri Abyaza Costa.

Para a presidenta da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal, lançar o livro da senhora Maria Prestes foi uma honra para a Comissão de Cultura que tem primado em fazer erguer a cultura política do nosso povo. “Para nós é motivo de orgulho e honra receber os familiares do Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa nesta Casa. O legado da Coluna é o legado luminoso que estamos hoje vivenciando nas conquistas democráticas do povo brasileiro. A pauta da Coluna é uma pauta atual, pela educação pública de qualidade, pelos direitos das crianças e dos adolescentes, pelos direitos da mulher, pela liberdade de credo”, destacou a deputada Alice.

O livro de Maria Prestes é um resgate da história do povo brasileiro. “O livro é a biografia da minha vida ao lado do Luiz Carlos Prestes, homem que até hoje tem o seu nome temido”.

A exposição 90 anos da Coluna Prestes ficou aberta ao público durante quatro dias, no Espaço Mário Covas da Câmara dos Deputados, e relatou em painéis a biografia dos participantes da Coluna Prestes e exibiu textos, fotografias, vídeos e poesias sobre o movimento político-militar que mobilizou milhares de pessoas entre 1922 e 1927 pelo interior do Brasil, combatendo a chamada República Velha.

MERCADO DE JOGOS ELETRÔNICOS NO BRASIL É TEMA DE AUDIÊNCIA



A audiência, proposta pela deputada Luciana Santos, discutiu o setor de jogos eletrônicos – Foto: Acervo Câmara

A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, promoveu, no dia 27 de maio, audiência pública que discutiu o setor de jogos eletrônicos e digitais no Brasil. De acordo com a consultoria GFK, o Brasil é atualmente o 4º maior mercado de jogos digitais do mundo, estando à frente do Reino Unido, Alemanha e Espanha.

“A produção hoje de games consegue ser o dobro da produção cinematográfica do ponto de vista econômico. Isso revela a necessidade do Brasil se afirmar nessa área. Temos aquilo que é o mais difícil: o capital humano e a capacidade criativa da nossa gente”, afirmou a deputada Luciana Santos (PCdoB/PE), proponente da audiência.

Participaram do debate representantes dos ministérios da Cultura; das Comunicações; e Ciência, Tecnologia e Inovação, além das associações e empresas do setor. “Foi uma excelente oportunidade poder falar, pela primeira vez, dos problemas enfrentados pela área de games no Brasil. O setor não tem voz”, ressaltou José Murilo Costa, do Ministério da Cultura.

Durante a audiência, a deputada Luciana destacou a necessidade de proteger a produção local e garantir o marco regulatório que financie o setor, a exemplo do Fundo Setorial do Audiovisual. “Como consequência desta audiência, esperamos conseguir sistematizar uma política pública de Estado para fortalecer esta atividade econômica que é tão promissora no nosso país”.

SELO JORGE AMADO DE EMPRESA AMIGA DA CULTURA



A presidenta da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal, foi a autora do Projeto de Resolução que cria o “Selo Jorge Amado de Empresa Amiga da Cultura” – Foto: Richard Silva

A presidenta da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, deputada Alice Portugal, apresentou, no dia 6 de maio, Projeto de Resolução que cria o “Selo Jorge Amado de Empresa Amiga da Cultura”, a ser conferido por meio de certificado a empresas que se destacarem na instituição do Vale Cultura para seus empregados, na doação de incentivos a projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura e a empresas que transferirem bens móveis de reconhecido valor cultural ou ceder propriedade ou posse de bens imóveis a entidades sem fins lucrativos exclusivamente para a realização de projetos culturais aprovados pelo MinC. As homenagens serão entregues anualmente todo dia 10 de agosto, data do aniversário do escritor Jorge Amado.

COMISSÃO DE CULTURA PARTICIPA DO ENCONTRO LATINO AMERICANO DE MULHERES



O evento reuniu mais de 50 mulheres de 15 países da América Latina e 200 de movimentos sociais do Brasil – Foto: Cobertura Colaborativa

Assessores da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados acompanharam a realização da 1ª Edição do Encontro Latino Americano de Mulheres, que aconteceu entre os dias 15 e 18 de maio, em Belo Horizonte (MG). Organizado pela Rede Fora do Eixo, Hivos People Unlimited, Redada e Telartes, estiveram presentes mais de cinquenta mulheres de quinze países da América Latina e duzentas de movimentos sociais de todos os Estados do Brasil.

A certeza da diversidade presente no evento surgiu já no primeiro dia de debates, com inúmeros pontos de vistas a partir dos conceitos e vivência

que cada uma das mulheres carrega. A construção desse mosaico de opinião sobre a representatividade da mulher nas diversas esferas da sociedade trouxe um debate riquíssimo, sem encaminhamentos práticos, somente a certeza de que há muitas dúvidas, muitos contrapontos e a necessidade de se debater a fundo os desafios para o empoderamento da mulher na sociedade.

Os dias seguintes do encontro seguiram com diversas oficinas, entre elas sobre “Percepção sonora no des-anestesiamento da potência-corpo feminina”, “Autodefesa Feminina”, “Ciberfeminismo” e de “Dança Afro”. Também aconteceram debates sobre o protagonismo feminino, Emergência! – com os principais temas em comum das mulheres da América Latina, representatividade da mulher no parlamento, padrões de estética e autoestima, raça e etnia, sexualidade, relações afetivas, entre outros.

Os debates de encerramento resultaram em um documento com os registros do que foi debatido e encaminhamentos práticos para a construção de uma agenda propositiva embasado no Encontro. A partir desse documento, os assessores da Comissão de Cultura que participaram do evento, juntamente com as principais lideranças dos movimentos feministas envolvidos, vão estudar formas de criar ambientes propícios no Congresso Nacional para continuação e ampliação da visibilidade dos debates.

COMISSÃO DE CULTURA SAÚDA A TEIA DA DIVERSIDADE 2014



As deputadas Alice Portugal, presidenta da Comissão de Cultura, Jandira Feghali e Fátima Bezerra participaram da Teia da Diversidade 2014, em Natal (RN) – Foto: Lóris Canhetti/CCult

Entre os dias 19 e 24 de maio, em Natal (RN), aconteceu a Teia da Diversidade 2014. Na cerimônia de abertura, além da presidenta da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), estiveram presentes a ministra da Cultura, Marta Suplicy, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), a líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali, a deputada Fátima Bezerra (PT/RN), o senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) e representantes dos Pontos de Cultura.

A cerimônia teve como abertura a leitura da Carta/Manifesto de Natal produzida pelos delegados participantes do IV Fórum Nacional dos Pontos de Cultura. A carta apresenta as propostas prioritárias ao Ministério, como o “Minha Sede Minha Vida!”.

Na ocasião, a deputada Alice Portugal falou da pauta geral da Cultura, reconheceu as vitórias e conclamou a mobilização do setor. A deputada enfatizou a importância da Comissão como um espaço dentro do Parlamento para os movimentos e o avanço dos debates sobre a Cultura. Alice também reforçou a importância e possibilidade do Vale Cultura para o financiamento dos Pontos de Cultura, a pronta votação da Lei dos Mestres e Mestras, o Procultura e a PEC 421, antiga PEC 150.

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Eduardo Alves, comprometeu-se em colocar para votar a PEC 150 em 30 dias, caso o Governo não se manifeste sobre a proposta de escalonamento negociada em sua sala em dezembro de 2013.

Ao final da TEIA, o I Fórum Nacional de Gestores e Gestoras do Programa Cultura Viva publicou uma carta com resoluções para construir dispositivos que contribuam na consolidação do programa como política de Estado.

Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

Depois da abertura, a presidenta da Comissão de Cultura participou da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, juntamente com a secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Márcia Rollemberg. A presidenta enfatizou a necessidade dos movimentos sociais estarem ativamente presentes nas atividades da Comissão de Cultura, levando suas demandas e pautando a agenda. “Como é uma Comissão nova é necessário que façamos essa divulgação para que os movimentos se emponderem desse espaço parlamentar para que possamos fazer transformações reais”, disse ela.

CCULT DESTACA O TRABALHO DA “HORA DA CRIANÇA”



A audiência foi proposta pelos deputados Alice Portugal, presidenta da Comissão de Cultura, Waldenor Pereira e Iara Bernardi – Foto: Acervo Câmara

Para celebrar os 71 anos da “Hora da Criança”, instituição baiana que promove a educação pela arte, a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados realizou audiência pública, no dia 5 de junho, em conjunto com a Comissão de Educação. O evento foi proposto pela presidente da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), e pelos deputados Waldenor Pereira (PT/BA) e Iara Bernardi (PT/SP).

A “Hora da Criança”, fundada pelo professor baiano Adroaldo Ribeiro Costa e precursora da educação integral do educador Anísio Teixeira, conta com uma orquestra filarmônica, um núcleo de flauta e violino, oficinas de cenografia e iluminação e um teatro, que serve de laboratório para os jovens.

Para a deputada Alice Portugal, destacar o trabalho da instituição na Comissão de Cultura foi a oportunidade da Câmara dos Deputados conhecer a obra que se realiza ainda hoje na Bahia pela “Hora da Criança”. A deputada Iara Bernardi afirmou que o trabalho da instituição baiana foi pioneiro e trouxe um processo não comum nas escolas públicas. “Aprovamos agora o Plano Nacional de Educação (PNE) e uma das metas que considero prioritária é melhorarmos a qualidade do ensino e a formação dos nossos estudantes e, principalmente, implantarmos a escola de tempo integral. A Hora da Criança nos mostrou que isso é possível”, destacou a deputada Iara.

A audiência contou com a presença de professores da instituição e ex-alunos que falaram da transformação que a “Hora da Criança” fez em suas vidas. “Entrei na instituição com dois anos de idade e hoje vivencio essa experiência com as crianças como professor. Foi um momento enriquecedor e contribuiu muito para o meu desenvolvimento, tanto pessoal quanto intelectual. Tive a oportunidade de experimentar uma realidade com crianças de todas as classes sociais. Essa integração foi muito importante, pois assim conseguimos tirar as barreiras que, muitas vezes, limitam a sociedade”, afirmou Mateus Almeida Russo, ex-aluno e membro da Hora da Criança.

Muito emocionada, a presidente da Hora da Criança, Josélia Almeida Santos, destacou o trabalho que desenvolve na “Hora da Criança”. “Fazemos um trabalho com muita dedicação e empenho e temos uma responsabilidade muito grande que é levar uma obra dessa a diante. O grande educador Adroaldo se preocupou a vida inteira com essa questão da educação. Ele ficava angustiado de como as escolas funcionavam e quis, com essa experiência, mostrar que é possível fazer uma educação de qualidade, de transformar e formar cidadãos felizes e bem situados na sociedade”, enfatizou a presidente Josélia.

MANIFESTOS CULTURAIS – VIVA A CULTURA VIVA



O Manifesto Cultural reuniu mestres da cultura popular, representantes dos Pontos de Cultura e integrantes das redes de cultura – Foto: Mídia NINJA

No dia 10 de junho, a Comissão de Cultura realizou mais um “Manifestos Culturais” no Hall da Taquigrafia. Com o mote “Viva a Cultura Viva”, o ato, conduzido pela presidenta da Comissão, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), tinha por objetivo cobrar da presidência da Casa e dos demais parlamentares a votação da Lei Cultura Viva (PL757/2011) de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

Com a presença de mestres da cultura popular, representantes dos Pontos de Cultura e integrantes das redes de cultura, o ato foi conduzido pela presidenta da Comissão e por Lula Dantas da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), com a participação de Chico Simões, Mãe Beth de Oxum, TC Silva, Mem Costa, Iraci Santana, João Paulo Mehl, Pedro Vasconcelos (SCDC/Minc), Maria Tereza Padilha, Everardo Aguiar e Walter Cedro, entre outros. O grupo apresentou seu Manifesto em defesa da Lei Cultura Viva.

“É nesse sentido que reafirmamos a necessidade, tanto de continuidade, ampliação e avanço do Programa Cultura Viva, ressaltando e fortalecendo seus valores e princípios fundamentais, quanto da instituição definitiva de novas formas de relação entre Estado e sociedade, libertos do paradigma paternalista e da visão impositiva que caracteriza boa parte das políticas públicas. Para tanto, é primordial uma concepção de Estado que, ao invés de impor, disponha das condições e dos meios para o pleno exercício da cidadania cultural, promovendo autonomia, protagonismo e empoderamento social.” (Comissão Nacional dos Pontos de Cultura)

Com a entrega da Carta Manifesto, os participantes reafirmaram sua posição de cobrar dos parlamentares a instituição do Cultura Viva como Política de Estado e não mais como um Programa de Governo que pode mudar a qualquer momento sem dar garantias aos formadores da identidade brasileira. Um dos programas mais exitosos dos últimos anos para a cultura, o Cultura Viva tem sofrido inúmeras dificuldades para sua manutenção. Um dos principais é o que trata da relação Estado-Sociedade. Contendo um dispositivo específico para facilitar o acesso aos recursos e mecanismos de prestação de contas simplificado, o artigo 9º defendido pela relatora e pelos presentes, cobrando sua manutenção e confiando no acordo feito com o Governo e Colégio de Líderes para sua aprovação e efetivação.

COMISSÃO DE CULTURA PARTICIPA DO FESTIVAL PERCURSO



Festival levou música e prestação de serviços à comunidade – Foto: Léo Brito

Com o tema “Juventude periférica gerando renda, trabalho e desenvolvimento local”, foi realizado, no dia 21 de junho, o 1º Festival Percurso – Periferia e Cultura em Rede Solidária, em Capão Redondo (SP). No Festival, foi exposto e comercializados serviços e produtos dos empreendimentos econômicos solidários que fazem parte da “Rede de Empreendimentos Culturais Solidários da Periferia Urbana da Zona Sul de São Paulo”.

O line up artístico conta com dois palcos, com mais de 20 atrações e 12 horas de duração, ocupando a periferia da zona sul paulista, com uma programação que contou com shows de Racionais MC’s, DJ Hum, Vitor da Trindade, Tati Botelho, Periferias Ancestrais – Mestre Aderbal Ashogun e roda das mestras com Raquel Trindade, Leci Brandão, Mãe Beata de Iemanjá e Tia Maria do Jongô da Serrinha. Bonde Sak Funk, Mc Spyke e Preto, Xondaro – Coral Guarani da Aldeia Tenondé Porã, também integraram a programação do festival, que além de música trouxe diversas atividades e apresentações do Núcleo de Convivência de Idosos, Ballet Capão Cidadão e Filhos de Ganga, da cidade de Santos.

A Comissão de Cultura participou do festival, levando informações referentes aos projetos de leis que tramitam no Congresso Nacional que podem dar melhores condições para a existência dessas organizações, além de divulgar a recente criação da Comissão como um espaço parlamentar para que os movimentos sociais ocupem, levando ideias de temas para audiências públicas e de criação de leis que traduzam a voz desses movimentos.

O evento ofereceu aos moradores da região prestação de serviço de ótica, saúde, beleza, alimentação, apoio ao trabalhador, entre outros serviços. Para as crianças, foram disponibilizados espaços para brincadeiras, oficinas culturais e rodas de leitura.

CCULT ESTEVE PRESENTE NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DO GT CULTURA VIVA



Encontro contou com a presença da então ministra da Cultura, Marta Suplicy, e representantes dos Pontos de Cultura e da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados – Foto: Lóris Canhetti/CCult

De 25 a 28 de agosto, aconteceu, em Brasília, o encontro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) e Comissão Nacional da Cultura Viva com o Governo para o Grupo de Trabalho do Cultura Viva. Estiveram presentes a ministra de Estado de Cultura, Marta Suplicy, a secretária da Cidadania Cultural, Marcia Rollemberg, o secretário de

Cultura do Distrito Federal, Hamilton Pereira, além de representantes dos Pontos de Cultura e a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados.

Nas falas de abertura, foi enfatizada a importância da Lei Cultura Viva, sendo reconhecida internacionalmente, inclusive com esforços para colocar em vigor em outros países da América Latina, o reconhecimento da relevância para a valorização da diversidade cultura pela ONU e em outras conferências internacionais.

COMISSÃO DE CULTURA DESTACA A IMPORTÂNCIA DA REGULAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL



O evento contou com a participação dos deputados Alice Portugal, Luciana Santos e Paulo Teixeira, além da diretora de Políticas Públicas do Barão de Itararé, Sônia Corrêa, e do jornalista e sociólogo, Venício A. de Lima – Foto: Richard Silva

A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados lançou, em 05 de agosto, o livro “Para Garantir o Direito à Comunicação – A Lei Argentina, o Relatório Leveson e o HGL da União Europeia”, do jornalista e sociólogo, Venício A. de Lima. O evento, realizado em parceria com o Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, contou com a participação dos deputados Alice Portugal (PCdoB/BA), presidenta da Comissão de Cultura, Luciana Santos (PCdoB/PE) e Paulo Teixeira (PT/SP), além da diretora de Políticas Públicas do Barão de Itararé, Sônia Corrêa.

A partir da análise de três documentos de origem e natureza diversas, o autor destaca no livro a importância da regulação democrática da mídia no Brasil. Segundo Venício A. de Lima, a preocupação comum desses três documentos é assegurar as condições mínimas para o exercício do direito à comunicação por parte dos cidadãos de seus respectivos países.

“Esse livro surgiu de uma ideia de tornar o debate sobre as questões de regulação da comunicação no Brasil mais informado e mais sério,

sobretudo em relação a iniciativas tanto legais quanto de produção de documentos que não são leis, mas que recomendam a produção de leis que acontecem em outros países”, explicou o autor.

A deputada Alice Portugal afirmou que há um ponto comum entre os segmentos que são recebidos pela Comissão: a dificuldade de acesso democrático à mídia no país. “Temos uma jovem república, uma democracia que, mesmo ainda imperfeita, não podemos abrir mão e o processo de especialização da nossa democracia passa pela regulação da mídia. Acredito que esse livro com suas abordagens e observações do autor será fundamental para que nós possamos nos preparar para esse debate vindouro”, destacou a deputada.

Segundo a deputada Luciana Santos, a grande mídia brasileira alega que a regulação da comunicação irá cercear a liberdade de expressão e que faz parte de correntes políticas que querem implantar o autoritarismo. “Mas isso é um argumento leviano que esconde o verdadeiro interesse que é o debate sobre o Estado democrático. Avançamos muito em políticas públicas, mas no que diz respeito à reforma do Estado democrático não avançamos quase nada. Acho que existem algumas reformas que urgem e que precisam vir à tona, pois não dá para suportar o grau de manipulação e de falta de espaço do pensamento plural da sociedade”, afirmou a deputada.

ENCONTRO DISCUTE DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DA CULTURA BRASILEIRA



Conduzido pela deputada Alice Portugal, o Expresso 168 reuniu importantes representantes do setor cultural brasileiro – Foto Lóris Canhetti/Ccult

A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados reuniu, no dia 11 de novembro, representantes de diferentes segmentos para discutir os desafios da cultura para a próxima legislatura. No bate-papo, chamado de Expresso 168, foram elencados os avanços do setor cultural brasileiro, como a aprovação da Lei Cultura Viva, a popularização do Vale-Cultura, o Marco Civil da Internet, entre outros.

A presidenta da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), destacou a necessidade de avançar na pauta da cultura para que de fato o povo brasileiro possa ser cidadão detentor de direitos culturais. “A luta não é somente para que possamos ingressar nas salas de teatro e cinema, mas também afirmar a cultura como elemento estratégico de construção da cidadania brasileira”, afirmou.

Participou do debate o secretário de Cultura da Bahia, Antônio Albino Canelas Rubim, que destacou a necessidade da mudança no campo dos valores, a fim de superar o racismo e a discriminação de classes e de regiões no país. O secretário também falou da importância da democratização da comunicação, uma vez que os veículos da mídia não dialogam com os diferentes setores culturais.

Para o historiador Célio Roberto Turino de Miranda, o combate ao analfabetismo é um fato cultural e, por isso, deveria sair do Ministério da Educação e ser transferido para o Ministério da Cultura. “Foi assim que Paulo Freire desenvolveu toda sua pedagogia a partir do movimento de cultura popular”, afirmou. Outro ponto colocado pelo historiador foi a necessidade do Executivo trabalhar com indicadores culturais mais próximos da realidade das comunidades.

O coordenador do Ponto de Cultura Invenção Brasileira, Chico Simões, pontuou a necessidade de o governo continuar possibilitando o pleno exercício da cultura brasileira. Ele destacou que é preciso avançar no debate da Lei dos Mestres, que institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazer das Culturas Populares.

Frederico Barbosa, representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), destacou como desafio a superação dos problemas administrativos e da arquitetura institucional no que diz respeito à questão do orçamento da cultura. Para o secretário de Articulação do Ministério da Cultura, Bernardo Novais da Mata Machado, o grande desafio é aprovar a PEC 421/2014, antiga PEC 150, que trata da des-

tação de recursos para a cultura. Além disso, o secretário destacou a importância da implantação efetiva do Sistema Nacional da Cultura.

A partir do debate realizado pelo Expresso 168, a Comissão de Cultura irá elaborar um relatório com todos os desafios apontados pelos participantes. O objetivo é que este material seja referência das principais pautas da cultura e que contribua com a condução dos trabalhos da Câmara dos Deputados e diferentes órgãos pelo fortalecimento da cultura brasileira.

DEBATE DESTACA OS PRINCIPAIS AVANÇOS E DESAFIOS PARA O FINANCIAMENTO DA CULTURA NEGRA



Participaram da audiência os deputados Jean Wyllys, Alice Portugal e Luciana Santos, além de representantes de diferentes segmentos e sociedade civil – Foto: Richard Silva

Para marcar os debates na semana da Consciência Negra, a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados realizou Audiência Pública, no dia 18 de novembro, para discutir as ações para o financiamento da política destinada ao incentivo à cultura e às artes negras. Foi um debate qualificado que contou com a presença de representantes de diferentes segmentos, parlamentares e sociedade civil.

Presente no evento, a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Luiza Helena Bairros, destacou a necessidade das ações afirmativas para grupos culturais estarem na legislação brasileira. “Essa audiência nos deu uma dimensão do que foi o compromisso dessa legislatura com o estabelecimento de uma legislação que favoreça a promoção da igualdade racial no Brasil. Já demos vários passos por meio de ações do Executivo e do MinC junto com a SEPPIR e Fundação Palmares, estabelecendo ações e editais de ação afirmativa para grupos culturais, mas é preciso que isso esteja

contemplado na legislação brasileira de maneira que os recursos aos meios de produção sejam mais democratizados”, ressaltou a ministra.

A presidenta da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal, afirmou que o grau de investimento junto à cultura de matriz africana foi o maior da história do país nesses últimos 10 anos, mas que ainda tem muito para avançar. “Precisamos continuar na luta, como pela aprovação do Procultura que democratiza recursos para o setor, cria o Fundo Nacional de Cultura e facilita o acesso dos pequenos produtores culturais existentes, por exemplo, nas periferias das grandes cidades”, enfatizou a deputada.

Para a secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Márcia Rollemberg, o momento atual é de consolidar os avanços e enfrentar os desafios na área da cultura em suas diferentes áreas. “Dentro desses desafios destaco a questão da dimensão social da cultura, para que possamos trabalhar de fato um acesso mais equitativo não só a bens e serviços culturais, mas também aos meios de se fazer cultura e a circulação desses conhecimentos no âmbito das escolas e da sociedade em geral”, destacou a secretária.

A audiência foi abrilhantada com a apresentação do cantor baiano Lazzo Matumbi. Para ele, audiência como essa contribui com o fortalecimento da autoestima do povo negro. “Queremos ser a alegria, o poder, a voz e a cara do nosso Brasil”, afirmou. O coordenador da Rede Afro-Ambiental, Aderbal Ashogun, falou da necessidade de inserir os povos de matriz africana na gestão pública. “Precisamos celebrar o momento e nos preparar para os próximos anos. O povo negro perdeu representatividade nessas últimas eleições. Essa audiência de hoje foi pertinente para fortalecer os movimentos culturais”, enfatizou Aderbal Ashogun.

Participou também do debate o presidente da Fundação Cultural Palmares, José Hilton Santos Almeida. O evento foi proposto pelos deputados Alice Portugal, Jandira Feghali, Paulão, Luiz Alberto e Jean Wyllys.

MANIFESTO DESTACA A IMPORTÂNCIA DO SAMBA BRASILEIRO



O evento foi abrilhantado com a participação do Grupo Heróis de Botequim e do Caçula do Pandeiro – Foto: Acervo Câmara

“O samba no Parlamento é a garantia de defesa do patrimônio nacional”. Foi com esta temática que a deputada Alice Portugal, presidenta da Comissão de Cultura, conduziu o Manifesto Cultural “Dia Nacional do Samba”, realizado no dia 02 de dezembro, no Hall da Taquigrafia da Câmara dos Deputados. Durante o evento, parlamentares ressaltaram a importância do samba para a cultura brasileira e destacaram nomes de grandes sambistas, como Tia Ciata, considerada a patrona do samba, e Riachão, um dos mais importantes compositores de samba do país, que com 93 anos ainda canta e celebra o samba da Bahia.

“O samba é a manifestação cultural, artística e musical da alma do povo brasileiro. Neste dia, saímos em defesa da cultura brasileira, lutando pela aprovação da PEC 421, antiga PEC 150, que garante um percentual fixo de recursos para a cultura, e também pelo Procultura que renova a Lei Rouanet e democratiza recursos para o setor. Queremos sim orçamento fixo e o samba é quem grita por nós no dia de hoje”, destacou a deputada Alice Portugal.

O evento foi abrilhantado com a participação do Grupo Heróis de Botequim, de Goiânia (GO), e do Caçula do Pandeiro, de Cuiabá (MT). Para Guilherme Noleto, que faz parte do Heróis de Botequim, o evento

demonstrou o interesse da Câmara pela valorização da cultura brasileira. “Achamos fantástico a Câmara convidar um grupo de samba para participar deste manifesto. Foi marcante não só para nós da banda, mas também para o Brasil, pois mostra o interesse da Casa em mostrar e valorizar a nossa cultura e trazer o samba para dentro do Parlamento”, destacou.

Caçula do Pandeiro realiza um projeto cultural com crianças de Cuiabá, que oferece aulas de pandeiro e palestras sobre música e outros temas. “Precisamos de mais oportunidades, mostrar o samba cuiabano, que vem da periferia e da comunidade sem recursos do poder público. Levo este projeto na raça e hoje estou feliz em mostrar meu trabalho aqui em Brasília. Parlamentares, olhem pelo samba e pela cultura, pois precisamos de incentivos”, enfatizou o sambista.

ENCONTRO DESTACA A IMPORTÂNCIA DA SIMPLIFICAÇÃO DA LEI CULTURA VIVA



O evento reuniu representantes da sociedade civil, de Pontos de Cultura, gestores e parlamentares – Foto: Richard Silva

A última edição deste ano do Expresso 168 da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados reuniu representantes da sociedade civil, de Pontos de Cultura, gestores e parlamentares, no dia 9 de dezembro.

O evento destacou os principais desafios da regulamentação da Lei 13.018/14 que transformou o Programa Cultura Viva em política de Estado. O encontro foi realizado na semana em comemoração aos 10 anos do programa.

A deputada Luciana Santos abriu o Expresso, destacando que considera a Lei Cultura Viva a política pública mais inovadora dos últimos tempos. “Isso porque a lei é inspirada nesse conceito de que é preciso reconhecer aquilo que já é produzido e praticado por milhares de brasileiros que através das suas histórias conseguem produzir toda essa riqueza cultural”, destacou a deputada.

Segundo Lula Dantas, representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, a relação do Estado com os agentes culturais ainda é excessivamente burocrática. “Isso é só o início da regulamentação de uma lei complexa que envolve um trabalho de dez anos. O importante é não cometermos os mesmos erros do passado, apenas trocando nomes dos instrumentos e mantendo as mesmas referências. É necessário que o Estado entenda que fazer cultura é diferente de construir uma ponte”, destacou.

Davy Alexandrisky, membro do Conselho Nacional de Políticas de Cultura, destacou que o Ministério da Cultura regulamentou a lei à luz do instrumento antigo do convênio que era a maior perversidade. “O Termo de Compromisso Cultural (TCC), que é um instrumento previsto na lei, muita gente não sabe o que significa. Um parâmetro que poderia ser seguido é a questão da modalidade prêmio, uma vez que ele será entregue para algo que já aconteceu e que rendeu bons resultados. E as regras do prêmio não abrem mão do bom uso do dinheiro público”, explicou.

O representante da Comissão Nacional de Pontos de Cultura, Alexandre Santini, destacou a importância da Comissão de Cultura realizar o debate sobre a regulamentação da lei, uma vez que a Câmara teve um papel fundamental na construção da matéria. O representante da Comissão Nacional de Gestores e Gestoras, João Luiz Prestes Rabelo, falou da preocupação com as mudanças dos governos estaduais e a renovação dos gestores. “É preciso fazer a transição de uma forma saudável, com a preparação desses próximos gestores”, alertou.

A secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Márcia Helena Gonçalves Rollemberg, destacou que para desburocratizar o processo é preciso dar maior visibilidade de como fazer a parceria entre o Estado e os Pontos de Cultura. “O TCC vem substituir o antigo convênio. Tínhamos uma expectativa de utilizar a simplificação

de contas que já estava sendo construída no Mrosc [Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil], mas com o adiamento deste marco tivemos que ousar e apresentar já uma primeira estruturação dessa prestação de contas que reduz essa parte de documentação a ser entregue, foca no objeto, nos resultados e que vai se experimentando, para que possamos ir qualificando esse processo”, explicou a secretária. Segundo ela, a regulamentação será feita de maneira gradual e responsável.

De acordo com Marcelo Bemerguy, secretário-geral de Controle Externo de Educação e Cultura do Tribunal de Contas da União (TCU), o processo de prestação de contas é inevitável quando se trata de dinheiro público, mas não precisa ser encarado com um “bicho papão”. “A tradição dos órgãos de controle é o isolamento, mas fica claro o quanto devemos ouvir e entender os processos para melhorarmos nossa atuação. E com esta lei, teremos a oportunidade de usarmos nossa criatividade para construirmos essa nova relação. Mas o TCU não é vilão, não fica a espreita para pegar ninguém”, afirmou.

A presidenta da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal, destacou que a expectativa é que, até o final deste ano, seja sinalizada a simplificação da lei, uma vez que muitos pontos de cultura esperam recursos há muito tempo. “Por isso, realizamos esta edição do Expresso 168 para dar os encaminhamentos às questões decididas pelo Parlamento e tocadas pelo Ministério da Cultura para que não fechemos o ano sem uma sinalização dessa desburocratização da lei”, finalizou.

A regulamentação está em processo de construção pelo Executivo e por um Grupo de Trabalho formado por gestores e produtores de cultura do país.

Projetos Aprovados em 2014

No seu segundo ano de existência, a Comissão de Cultura aprovou importantes projetos para o fortalecimento da cultura brasileira. Apesar de 2014 ter sido um ano atípico, devido à corrida eleitoral, a presidência do Colegiado buscou manter o trabalho da Comissão e o quórum regimental para a apreciação dos projetos. Confira a seguir a lista das matérias aprovadas pelos parlamentares.

PL 1176/2011 – dep. Edson Santos (PT/RJ). Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares. “Somos ainda hoje um povo ágrafa. Por isso, é preciso valorizar as tradições culturais, as tradições dos mestres da cultura nas diversas linguagens. Esse projeto aprovado aqui na Comissão de Cultura garante a valorização material desses mestres que são os reprodutores da cultura oral que construiu o nosso país”, afirmou a presidenta da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA). Doze emendas foram incluídas no texto substitutivo ao original pelo relator Evandro Milhomen (PCdoB/AP), entre elas a que propõe no projeto a titulação dos Mestres Tradicionais do Brasil, o cadastramento oficial dos Mestres Tradicionais do Brasil e dos seus aprendizes e a concessão de benefício pecuniário aos Mestres Tradicionais do Brasil e bolsa aos seus aprendizes, para garantir a manutenção e a transmissão dos saberes associados às práticas das culturas tradicionais por eles exercidas.

PL 3388/2012 – dep. Chico Alencar (PSOL /RJ). Dá o nome de “Ponte Herbert de Souza – Betinho” à atual Ponte Presidente Costa e Silva, localizada do Km 321 ao 334, na BR 101/SE. Desde sua inauguração, a Ponte Rio-Niterói leva o nome do presidente Artur da Costa e Silva, que dirigiu o país num dos períodos mais rígidos da ditadura militar. “Não cabe mais homenagem a indivíduos que, notadamente, tenham cometido crimes e perpetrado violações de direitos humanos no período da ditadura. É necessária a reconstrução da narrativa oficial. Nada mais justo à memória de Betinho e à memória do povo brasileiro a mudança do nome da atual ponte”, defendeu a deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

PL 6787/2013 – dep. Renato Simões (PT/SP). Acresce à Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, o dia 20 de novembro como feriado nacional. Nesta data comemora-se o Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem à morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares. “Já temos 1/6 dos municípios do país que aderiram ao feriado e estão debatendo sobre a igualdade racial. Ao aprovarmos esse parecer e permitirmos a tramitação desse projeto, estamos dando uma contribuição importante a esse debate”, declarou Simões.

PL 6859/2013 – dep. Paulo Ferreira (PT/RS). Inscreve o nome de Hílária Batista de Almeida, conhecida como “Tia Ciata”, no Livro dos Heróis da Pátria. Ialorixá que engendrou o samba, Tia Ciata saiu da Bahia fugida para poder professar sua fé no Rio de Janeiro.

PL 7131/2014 – dep. Onofre Santo Agostini (PSD/SC). Institui o dia 17 de fevereiro como o “Dia Nacional da Música Raiz” – Caipira. A proposta faz uma homenagem ao jornalista, escritor e folclorista Cornélio Pires, autor de vários livros e músicas com dialetos caipiras. “A música é, entre todas as manifestações artísticas brasileiras, a que mais revela a riqueza de nossa diversidade cultural e regional. Cornélio publicou mais de 20 livros e procurou registrar, em vida, o vocabulário, as músicas, termos e expressões do dialeto caipira. Ele merece essa homenagem”, destacou o autor da matéria.

PL 7230/2014 – dep. Arnaldo Jordy (PPS/PA). Declara Dom Helder Câmara Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos. “Prestar essa homenagem a Dom Helder Câmara é resgatar o espírito do cristianismo de combate às opressões e defesas dos direitos humanos que vem se perdendo por conta do fundamentalismo religioso que vem se organizando política e economicamente. Esse fundamentalismo, inclusive, quer impedir essa Casa de avançar na questão dos direitos humanos”, disse o deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), relator Ad Hoc da matéria.

PL 4203/2012 – dep. Danilo Forte (PMDB/CE). Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento, conhecido como “Chico da Matilde, o Dragão do Mar”, no Livro dos Heróis da Pátria. A aprovação da matéria ocorreu um dia após a Câmara dos Deputados realizar sessão solene para homenagear Dragão do Mar, ao lado do sociólogo Abdias do Nascimento, como heróis da luta contra a discriminação racial e aos 130 anos de abolição da escravatura no Ceará, fato destacado pela presidenta da Comissão de Cultura, Alice Portugal (PCdoB/BA).

PL 615/2011 – dep. Marco Tebaldi (PSDB/SC). Confere à Cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, o título de “Capital Nacional da Dança”.

PL 1769/2011 – dep. Diego Andrade (PSB/MG). Denomina “Rodovia Presidente Itamar Franco” a Rodovia BR 267, no Estado de Minas Gerais.

PL 3022/2011 – dep. Eduardo Azeredo (PSDB/MG). Denomina “Rodovia Dalton Canabrava” o trecho da BR-259 que liga os Municípios de Inimutaba e Serro, em Minas Gerais. “A homenagem, mais que justa, trata-se de uma reivindicação da própria comunidade, cuja região foi engrandecida pela marcante atuação ao longo de sua carreira política. O trecho cuja denominação se pretende alterar une Serro a Inimutaba, município vizinho a Curvelo, cidade onde Canabrava nasceu”, afirma Azeredo.

PL 3342/2012 – dep. Aelton Freitas (PR/MG). Denomina “Viaduto Wilson Franco Filho” o viaduto localizado no km 805 da BR-262, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

PL 3632/2012 – dep. Rubens Bueno (PPS/PR). Denomina o trecho da rodovia BR-272 compreendido entre as cidades de Campo Morão e Barbosa Ferraz, no Estado do Paraná, de “Rodovia Doutor Milton Luiz Pereira”.

PL 3648/2012 – dep. Marinha Raupp (PMDB/RO). Denomina “Rodovia Engenheiro Isaac Bennesby” a rodovia BR-425, entre o distrito de Abunã e cidade de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

PL 3744/2012 – dep. Odair Cunha (PT/MG). Denomina Rodovia Ana Padilha Cintra a BR146 – trecho Guaxupé/MG a Bom Jesus da Penha/MG.

PL 4647/2012 – dep. Aline Corrêa (PP/SP). Confere ao Município de Limeira, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Joia Folheada. O projeto não precisa de aprovação do Plenário, pois tramita em caráter conclusivo. Agora, segue para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

PL 4749/2012 – dep. Cesar Colnago (PSDB/ES). Denomina “Complexo Prefeito Aloízio Santos” o conjunto de viadutos localizados entre os quilômetros 293,84 e 294,51, no trecho da BR-101, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

PL 6164/2013 – dep. Sandra Rosado (PSB/RN). Denomina Capital do Semiárido a cidade de Mossoró (RN). Na justificativa do projeto, a parlamentar destaca que Mossoró é a segunda cidade mais populosa

do estado e possui o segundo maior Produto Interno Bruto. Atualmente, o município vive um intenso desenvolvimento econômico e é responsável por 95% da produção de sal marinho nacional.

PL 3695/2012 – sen. Paulo Paim (PT/RS). Institui o Dia Nacional do Oficial de Justiça. “O oficial de justiça é um verdadeiro ator social e protagonista de muitos papéis, forjados para lidar com o conflito judicial. Ele é testemunha ocular dos conflitos sociais e construtor de relações sociais através das diligências”, argumentou Paim.

PL 4810/2012 – dep. Roberto de Lucena (PV/SP). Institui o dia 24 de maio como o Dia Nacional do Metodismo Wesleyano.

PL 4811/2012 – dep. Roberto de Lucena (PV/SP). Institui o dia 3 de março como o “Dia Nacional da Igreja O Brasil Para Cristo”.

PL 5906/2013 – dep. Luci Choinacki (PT/SC). Institui o dia Nacional da Agroecologia.

PL 6521/2013 – Acelino Popó (PRB/BA). Institui a data de 18 de janeiro como o Dia Nacional do Krav Maga.

PL 4956/2013 – dep. Assis Melo (PC do B/RS). Confere o título de “Capital Nacional do Tropeirismo” à cidade de Bom Jesus, no Estado do Rio Grande do Sul. “É uma matéria importante, que contribui para o desenvolvimento de 12 municípios da região por meio de estímulo ao turismo”, afirmou Assis.

PL 5567/2013 – dep. Edinho Bez (PMDB/SC). Institui o Dia Nacional do Engenheiro de Custos.

PL 5688/2013 – dep. Walter Feldman (PSB/SP). Inscreve o nome de Luiz Martins de Souza Dantas no Livro dos Heróis da Pátria.

PL 6691/2013 – dep. Rosane Ferreira (PV/PR). Institui o dia 9 de fevereiro como o Dia Nacional do Cerco da Lapa.

PL 6739/2013 – dep. Ademir Camilo (PROS/MG). Institui o Dia Nacional do Trabalhador em Locação.

PL 6812/2013 – dep. Ronaldo Benedet (PMDB/SC). Confere ao Município de Urussanga, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Vinho Goethe.

PL 6993/2013 – dep. Giovanni Cherini (PDT/RS). Confere ao Município de Almirante Tamandaré do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de “Terra do Gaitaço”.

PL 7132/2014 – sen. Eduardo Amorim (PSC/SE). Confere ao Município de Itabaiana, no Estado de Sergipe, o título de Capital Nacional do Caminhão.

PL 5602/2013 – dep. Henrique Fontana (PT/RS). Confere o título de “Capital Nacional de Uva Moscatel” à cidade de Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul.

PL 3905/2012 – dep. Paulo Pimenta (PT/RS). Denomina o trecho da BR 158, entre a cidade de Santa Maria e a cidade de Rosário do Sul, como “Rodovia Dr. Mário Ortiz de Vasconcellos”.

PL 4181/2012 – dep. Sandro Mabel (PMDB/GO). Denomina “Rodovia Abadio Pereira Cardoso” o trecho da BR-060 entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e GO-174, no Estado de Goiás.

PL 6408/2013 – dep. Cláudio Puty (PT/PA). Dispõe sobre o Estatuto das Populações Extrativistas, institui o Dia Nacional do Extrativismo e dá outras providências.

PL 2490/2011 – dep. Ronaldo Zulke (PT/RS). Denomina “Ponte Presidente João Goulart” a ponte sobre o rio Gravataí, que ligará as cidade de Porto Alegre e Canoas, pela BR 448, no Rio Grande do Sul.

PL 2787/2011 – sen. Flexa Ribeiro (PSDB/PA). Designa o açaí e o cupuaçu frutas nacionais. “O Brasil deve ter mais atenção e proteger as riquezas da Amazônia, não só fisicamente, mas também no campo das ciências e das patentes. Afinal, corre-se o risco de alguma empresa querer patentear o nome açaí como marca e termos problemas no futuro”, observou Flexa Ribeiro.

PL 3023/2011 – dep. Pedro Uczai (PT/SC). Denomina Marcelino Chiarello a Rodovia BR-282, trecho de acesso a Chapecó.

PL 3961/2012 – dep. Ronaldo Benedet (PMDB/SC). Confere ao Município de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, o título de “Capital Nacional da Maçã”.

PL 4176/2012 – dep. Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC). Confere ao Município de Ituporanga, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cebola.

PL 4992/2013 – dep. Reinaldo Azambuja (PSDB/MS). Denomina “Fórum Eleitoral Nelsia Cardoso Braff” o edifício sede das Zonas Eleitorais de Dourados – TRE/MS.

PL 6907/2013 – dep. Onofre Santo Agostini (PSD/SC). Institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulância.

PL 5916/2013 – dep. Mauro Lopes (PMDB/MG). Denomina “Rodovia Antônio Carlos Marani” o trecho da BR-265 entre a cidade de Lavras/MG e o entroncamento com a BR-381 (Rodovia Fernão Dias)

PL 6181/2013 – sen. Arthur Virgílio (PSDB/AM). Dispõe sobre a inscrição do nome de Ajuricaba no Livro dos Heróis da Pátria. Ajuricaba comandou a luta pela liberdade contra o domínio português na Amazônia. Preso, suicidou-se, atirando-se no rio, quando era levado para a prisão. Seu nome virou símbolo de heroísmo.

PL 7313/2014 – dep. Décio Lima (PT/SC). Confere ao Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cerveja. “Além da Oktoberfest, a maior festa da cerveja e do chope no país, Blumenau já despontava, no século XIX, na fabricação da bebida, por isso, nada mais justo do que conferir ao município o título de Capital Nacional da Cerveja”, afirmou o deputado Décio Lima ao saber da aprovação do projeto na Comissão de Cultura.

Projetos em Tramitação

Proposição	Ementa
PL 5559/2009	dep. Otavio Leite (PSDB-RJ) – Estabelece que os programas de fomento, apoio e incentivo à cultura, empreendidos pela administração federal, possam se estender a atividades e projetos que objetivem o desenvolvimento do Turismo Receptivo Brasileiro, nos termos desta Lei. Apensado: PL 5724/2009 – dep. Efraim Filho (DEM-PB).
PL 3192/2012	dep. Luci Choinacki (PT-SC) – Institui 2013 como o Ano Nacional do Esporte Feminino.
PL 3655/2012	dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG) – Altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, objeto da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei nº 9.472, de 16 de julho de 2007, e Lei nº 9.691, de 22 de julho de 1998; altera a Tabela de Valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, objeto da Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008; altera a Tabela de Valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, objeto da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011; e dá outras providências.
PL 3819/2012	dep. Giovanni Cherini (PDT-RS) – Declara o Município de Soledade – RS, “Capital Nacional das Pedras Preciosas”.
PL 4190/2012	dep. Reginaldo Lopes (PT-MG) – Denomina “Rodovia Inspetor Jonas Pezzo Costa”, o trecho entre o km 693 e o km 0,00 da BR 354, que liga os municípios de Caxambu/MG e Itatiaia-RJ (viaduto sobre o km 330 da rodovia Presidente Dutra).
PL 4862/2012	dep. Hermes Parcianello (PMDB-PR) – Denomina Rodovia PEDRO GURGACZ o trecho da BR-163 entre os municípios de Cascavel, no entroncamento da BR-277, até o Município de Capitão Leônidas Marques, no Estado do Paraná.

PL 6127/2013	dep. Alceu Moreira (PMDB-RS) – Declara o Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul, “Capital Nacional da Qualidade de Vida”.
PL 6221/2013	dep. Edmar Arruda (PSC-PR) – Denomina “Viaduto Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção” o viaduto construído na rodovia BR-376 do Km 183,7 cruzamento com a Avenida Colombo, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.
PL 6222/2013	dep. Edmar Arruda (PSC-PR) – Denomina “Contorno Norte Nelson Verri” o contorno construído na BR-376 0-PP do Km 172,5 entra as avenidas Colombo e Avenida Sabia e terminando no Km 183,7 da Avenida Colombo da BR-376, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.
PL 6959/2013	dep. Senado Federal – ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM) – Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para dispor sobre o conceito de biblioteca pública e o acesso a seu acervo e a seus equipamentos. Apensado: PL 3727/2012 – dep. Jose Stédile (PSB-RS).
PL 7012/2013	dep. Jorge Corte Real (PTB-PE) – Institui o Dia Nacional do Estagiário.
PL 7483/2014	dep. Jair Bolsonaro (PP-RJ) – Confere ao Município de Porto Real, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Berço da Colonização Italiana no Brasil.
PL 7671/2014	dep. Washington Reis (PMDB-RJ) – Denomina “Viaduto Ademir Barros” o novo viaduto localizado no Km 102 da rodovia BR-040, entrada do Distrito de Xerém, no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. Apensado: PL 7707/2014 – dep. Hugo Leal (PROS-RJ).
PL 7861/2014	dep. Washington Reis (PMDB-RJ) – Denomina “Túnel Governador Marcelo Alencar” o novo túnel da Nova Subida da Serra de Petrópolis, localizado na altura do Km 78 da BR-040, no Estado do Rio de Janeiro.
PL 8074/2014	Comissão De Legislação Participativa – Institui o “Sistema de Carona Legal” em âmbito nacional e dá outras providências.
PL 8093/2014	dep. Onofre Santo Agostini (PSD/SC) – Assegura a entrada gratuita em eventos agropecuários financiados com recursos públicos.

PL 8141/2014	dep. Lincoln Portela (PR-MG) – Concede à cidade de Itabira, do Estado de Minas Gerais, o título de “Capital Nacional da Poesia”, e dá outras providências.
PL 8187/2014	Senado Federal – sen. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) – Institui o Dia Nacional da Advocacia Pública.
PL 8193/2014	Senado Federal – sen. Sodr�e Santoro (PTB-RR) – Institui o Dia Nacional do Leiloeiro.
PL 8195/2014	Senado Federal – sen. Ana Rita (PT-ES) – Institui o Dia Nacional da Economia Solidária.
PL 8196/2014	Senado Federal – sen. José Agripino (DEM-RN) – Institui o Dia Nacional do Patrono da Constru�o Civil e dos Profissionais da Engenharia Civil.
PDC 1421/2013	Comissão De Rela�es Exteriores E De Defesa Nacional – Aprova o texto do Acordo de Coopera�o Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010.
PL 7075/2002	Senado Federal – sen. Antero Paes De Barros (PSDB-MT) – Introduz modifica�es na Lei n� 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunica�es. Apensados: PL 3384/1997 – dep. Marçal Filho (PMDB-MS); PL 4539/2001 – dep. Tânia Soares (PCdoB-SE) e PL 2041/2007 – dep. Dr. Nechar (PV-SP).
PL 1821/2003	dep. Vicentinho (PT-SP) – Dispõe sobre a veicula�o obrigatória, nas emissoras de televisão, de desenhos animados produzidos nacionalmente e dá outras providências.
PL 1429/2007	dep. Silvio Torres (PSDB-SP) – Altera a Lei n.� 9.615, de 24 de março de 1998. Apensado: PL 3786/2008 – dep. Fernando Ferro (PT-PE).
PL 1757/2007	dep. Edigar Mão Branca (PV-BA) – Obriga as rádios e televisões comerciais a informar aos ouvintes ou telespectadores dados sobre a autoria e interpreta�o das obras musicais executadas em sua programa�o. Apensados: PL 3841/2008 – dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA) e PL 4339/2008 – dep. Décio Lima (PT-SC).
PL 2242/2007	dep. Manoel Junior (PSB-PB) – Altera a reda�o do art. 17 do Decreto-Lei n� 25, de 30 de novembro de 1937, e dá outras providências.

PL 2772/2008	dep. Gorete Pereira (PR-CE) – Denomina Ponte Nicanor Linhares a ponte sobre o Rio Jaguaribe, localizada no distrito de Peixe Gordo, entre os municípios de Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte, no Ceará.
PL 4768/2009	dep. Arnaldo Faria De Sá (PTB-SP) – Institui o Dia Nacional da Indústria Farmacêutica.
PL 6117/2009	dep. Carlos Bezerra (PMDB-MT) – Estabelece que a obra intelectual produzida em cumprimento a dever funcional, contrato de trabalho ou de prestação de serviços pertencerá a ambas as partes. Apensados: PL 2910/2011 – dep. Luciano Castro (PR-RR), PL 3133/2012 – dep. Nazareno Fonteles (PT-PI) e PL 4072/2012 – dep. Rogério Carvalho (PT-SE).
PL 6533/2009	dep. Alice Portugal (PCdoB-BA) – Dispõe sobre a proibição de alienação de bens imóveis, de valor artístico, histórico e/ou cultural, pertencentes a instituições religiosas, que tenham recebido quaisquer imunidades, isenções e benefícios do Governo Federal, e dá outras providências.
PL 7534/2010	dep. Angelo Vanhoni (PT-PR) – Cria o Dia Nacional da Diplomacia Cultural e dá outras providências.
PL 7722/2010	dep. Felipe Bornier (PHS-RJ) – Altera a Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, para determinar que, durante as edições da Copa do Mundo de Futebol organizada pela Fédération Internationale Football Association – FIFA, serão feriados nacionais os dias em que houver jogo da Seleção Brasileira Masculina de Futebol
PL 7817/2010	dep. Reginaldo Lopes (PT-MG) – Erige em monumento nacional a rota de peregrinação denominada “Caminho da Luz, o Caminho do Brasil” no estado de MG.
PL 7852/2010	dep. Hugo Leal (PSC-RJ) – Confere o título de “Capital Nacional da Energia Limpa” ao município de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro.
PL 3/2011	dep. Maurício Rands (PT-PE) – Declara o Movimento Hip Hop manifestação de cultura popular de alcance nacional, e dá outras providências. Apensado: PL 6756/2013 – dep. Romário (PSB-RJ).
PL 58/2011	dep. Lourival Mendes (PTdoB-MA) – Dispõe sobre o reconhecimento da arte evangélica como cultura no Brasil e dá outras Providências.

PL 630/2011	dep. Luiz Noé (PSB-RS) – Inscreve o nome de Rubens Beyrodt Paiva no “Livro dos Heróis da Pátria”.
PL 759/2011	dep. Padre Ton (PT-RO) – Acrescenta o inciso X e XI no art. 1º da Lei nº 8.313 de 1991.
PL 769/2011	dep. Laercio Oliveira (SD/SE) – Denomina de BOA LUZ, o viaduto localizado na BR 235, Km 16, entre as cidades de Aracaju e Laranjeiras, no Estado de Sergipe.
PL 798/2011	dep. Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) – Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem subterrâneas as instalações de distribuição de energia elétrica, quando realizadas em ruas das cidades que tenham setores de valor histórico, reconhecidos por órgãos estatais, especialmente os tombados pelo Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional – IPHAN. Apensado: PL 1462/2011 – dep. Alice Portugal (PCdoB-BA).
PL 916/2011	dep. Sandes Júnior (PP/GO) – Denomina “Rodovia Juscelino Kubitschek” o trecho da BR-060 entre as cidades de Goiânia, no Estado de Goiás, e Brasília, no Distrito Federal.
PL 968/2011	dep. Padre Ton (PT/RO) – Denomina Rodovia Deputado Eduardo Valverde a rodovia BR-364.
PL 1096/2011	dep. Vicente Candido (PT / SP) – Estabelece normas gerais no âmbito da legislação concorrente sobre cultura. Apensado: PL 7982/2014 – dep. Janete Rocha Pietá (PT-SP).
PL 1513/2011	dep. Paulo Teixeira (PT/SP) – Dispõe sobre a política de contratação e licenciamento de obras intelectuais subvencionadas pelos entes do Poder Público e pelos entes de Direito Privado sob controle acionário de entes da administração pública.
PL 1741/2011	dep. Carlinhos Almeida (PT/SP) – Denomina “Marginal Petrobras Sul” a pista marginal da Rodovia Presidente Dutra, entre os quilômetros 143 e 146, sentido sul (São Paulo), no Estado de São Paulo.
PL 1949/2011	dep. Rosinha da Adefal (PTdoB/AL) – Altera a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que “Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências”. Apensados: PL 4568/2012 – dep. Wellington Fagundes (PR-MT), PL 6528/2013 – dep. Newton Cardoso (PMDB-MG), PL 7314/2014 – dep. Ivan Valente (PSOL-SP) e PL 7322/2014 – dep. Newton Lima (PT-SP).

PL 2008/2011	dep. Gabriel Guimarães (PT/MG) – Denomina “Anel Rodoviário Helena Greco” o anel rodoviário de Belo Horizonte, trecho Entr. MG-437/MGT-262 – Entr. BR-040/135/262/381 – Entr. BR-040/BR-356 – na BR-262/381/040, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
PL 2239/2011	dep. Edson Silva (PROS/CE) – Altera a Lei nº 11.363 de 23 de outubro de 2005, que denomina “Rodovia Santos Dumont” a rodovia BR 116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza, até o entroncamento com a BR 040 no Estado do Rio de Janeiro.
PL 2751/2011	dep. Leonardo Vilela (PSDB/GO) – Denomina “Viaduto Hugo Vargas Batista Machado” o viaduto localizado no entroncamento entre a BR-153 e a GO-413, no Município de Piracanjuba, Estado de Goiás.
PL 3008/2011	dep. Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) – Denomina escritor José Lins do Rêgo, ao trecho da Rodovia BR-230, entre os Municípios de João Pessoa e Campina Grande, estado da Paraíba.
PL 3096/2012	dep. Leonardo Gadelha (PSC/PB) – Cria o Parque Nacional dos Dinossauros, nos municípios de Sousa e São João do Rio do Peixe, no Estado da Paraíba.
PL 3435/2012	dep. Janete Capiberibe (PSB/AP) – Inscreve o nome de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa no “Livro dos Heróis da Pátria”. Apensado: PL 5689/2013 – dep. Walter Feldman (PSDB-SP).
PL 3948/2012	dep. Gabriel Guimarães (PT/MG) – Denomina “Rodovia Deputado Dalton Canabrava” a BR-259, Entr. BR-135 (Curvelo) – Entr. BR-040 (Felixlândia), Estado de Minas Gerais.
PL 4234/2012	dep. Arnaldo Jordy (PPS/PA) – Altera a Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, para obrigar as emissoras de rádio, televisão e outros veículos de comunicação a informar aos ouvintes, telespectadores ou leitores, os nomes dos compositores das obras musicais executadas em suas programações.
PL 4280/2012	dep. Giovani Cherini (PDT/RS) – Declara o Padre Theodor Amstad Patrono do Cooperativismo Brasileiro.

PL 4349/2012	dep. Márcio França (PSB/SP) – Declara Édson Arantes do Nascimento, Pelé, Patrono do Futebol Brasileiro.
PL 4395/2012	dep. Fátima Bezerra (PT/RN) – Denomina “Ponte José Nóbrega” a ponte sobre o rio Upanema, localizada na BR-110, no Município de Campo Grande, Estado do Rio Grande do Norte.
PL 4618/2012	dep. Wellington Fagundes (PR/MT) – Denomina “Rodovia Coronel José Meirelles” o trecho da rodovia BR-163 entre as cidades de Cuiabá e Santarém, no Estado de Mato Grosso.
PL 4621/2012	dep. Claudio Cajado (DEM/BA) – Institui o ano de 2013 como o Ano da Coreia do Sul no Brasil.
PL 4850/2012	dep. Geraldo Resende (PMDB/MS) – Denomina Campus João Totó Câmara o Campus do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.
PL 4957/2013	dep. Diego Andrade (PSD/MG) – Passa a ser denominado Anel Rodoviário José Acácio Carneiro, na BR 040, altura da cidade de Nova Lima – MG, atualmente chamado Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo.
PL 5113/2013	dep. Otavio Leite (PSDB/RJ) – Altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura, excetuando a utilização do benefício para contratação de serviço de TV por assinatura. Apensado: PL 6974/2013 – dep. Afonso Hamm (PP-RS).
PL 5250/2013	dep. João Maia (PR/RN) – Dá o nome de “Viaduto José Agostinho Filgueira – Zeagostinho ao atual Viaduto 4, localizado na BR 405, km 3, cruzamento com a BR 304, km 40 (Trevo para Apodi).
PL 5308/2013	dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) – Dá o nome de “Lucas Menterio Marcelo dos Santos”, a passarela de pedestres do KM 287 da Rodovia Régis Bittencourt, em Itapeperica da Serra, Estado de São Paulo”.
PL 5588/2013	dep. Missionário José Olimpio (PP/SP) – Dispõe sobre a transferência temporária e simbólica da sede do Governo Federal para a cidade de Itú, Estado de São Paulo.

PL 5808/2013	dep. Valadares Filho (PSB/SE) – Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para dispor sobre recursos para atualização de acervos das bibliotecas públicas municipais, estaduais, do Distrito Federal, federais, universitárias, escolares e as pertencentes a organizações não governamentais que coloquem suas instalações e acervos abertos à visitação, consulta pública e empréstimo de livros.
PL 5857/2013	Sen. Lídice da Mata (PSB/BA) – Inscreve o nome da Sórora Joana Angélica de Jesus no Livro dos Heróis da Pátria.
PL 6017/2013	dep. Biffi (PT/MS) – Institui o Dia Nacional do Pantanal.
PL 6086/2013	dep. Delegado Protógenes (PCdoB/SP) – Institui o Dia Nacional do Muçulmano.
PL 6154/2013	dep. Wellington Fagundes (PR/MT) – Denomina “Afro Stefanini” o Terminal Ferroviário de Rondonópolis, na Ferrovia Vicente Vuolo – Ferronorte, no Estado de Mato Grosso.
PL 6172/2013	dep. Wellington Fagundes (PR/MT) – Denomina “Domingos Iglesias Valério” o viaduto do Despraiado localizado no Km 417 da BR 364, na travessia urbana do município de Cuiabá-MT.
PL 6208/2013	dep. Sandro Alex (PPS/PR) – Confere ao Município de Prudentópolis, no Estado do Paraná, o título de “Capital Nacional do Feijão”.
PL 6226/2013	dep. Edmar Arruda (PSC/PR) – Denomina “Viaduto Pioneiro Manoel Revaldaves da Silva” o viaduto construído na rodovia BR-376 0-PP do Km 172,5 entre as avenidas Colombo e Avenida Sabiá, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.
PL 6396/2013	dep. José Chaves (PTB/PE) – Denomina “Viaduto Harlan de Albuquerque Gadelha” o viaduto localizado na BR-101, no Município de Goiana, Estado de Pernambuco.
PL 6413/2013	dep. Paulo Foletto (PSB/ES) – Denomina “Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa,” a Rodovia do Contorno que compreende o Trecho da BR-101, entre Carapina, no Município de Serra/ES, e a interseção da BR-101 com a BR 262 no Município de Cariacica/ES.

PL 6635/2013	dep. Stepan Nercessian (PPS/RJ) – Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais, equipamentos musicais, suas partes e acessórios, constantes da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), e partituras musicais.
PL 6638/2013	dep. Edinho Bez (PMDB/SC) – Denomina “Marronzinho” o viaduto duplo de acesso à cidade de Itapirubá Sul, Estado de Santa Catarina, localizado no Km 297,26, na BR-101.
PL 6757/2013	dep. Newton Cardoso (PMDB/MG) – Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, que “declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro”, para excluir o feriado de 15 de Novembro.
PL 6890/2013	dep. Carlos Bezerra (PMDB/MT) – Altera o art. 38 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que “altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providência”.
PL 6914/2013	dep. Jaqueline Roriz (PMN/DF) – Dispõe sobre a inserção da bandeira do Brasil em filmes e documentários brasileiros.
PL 7129/2014	dep. Acelino Popó (PRB/BA) – Amplia o benefício da meia-entrada aos beneficiários da bolsa-atleta instituída pela Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.
PL 7159/2014	dep. Ângelo Agnolin (PT/PR) – Institui o dia 27 de novembro como o Dia Nacional de Educação a Distância.
PL 7196/2014	dep. Cândido Vaccarezza (PT/SP) – Confere ao Município de Tatuí, no Estado de São Paulo, o título de “Capital Nacional da Música”.
PL 7223/2014	Senado Federal – sen. Armando Monteiro (PTB-PE) – Denomina “Rodovia Mestre Dominginhos” o trecho da rodovia BR-423 compreendido entre as cidades de São Caetano e Garanhuns, no Estado de Pernambuco.
PL 7350/2014	dep. Júlio Campos (DEM-MT) – Institui o Programa Nacional de Apoio à Mídia Independente e dá outras providências.
PL 7367/2014	dep. Severino Ninho (PSB-PE) – Institui o Dia Nacional de Bandas e Fanfarras.

PL 7458/2014	dep. Newton Lima (PT-SP) – Declara a cidade de Santa Gertrudes, no Estado de São Paulo, Capital Nacional da Cerâmica de Pisos e Revestimentos.
PL 7471/2014	Senado Federal – sen. Ana Amélia (PP-RS) – Confere ao Município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Futsal.
PL 7498/2014	dep. Heuler Cruvinel (PSD-GO) – Confere ao Município de Rio Verde, no Estado de Goiás, o título de Capital Nacional da Produção Agropecuária.
PL 7509/2014	dep. Ricardo Izar (PSD-SP) – Declara o lanche conhecido como “BAURU” Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil e da cidade de Bauru.
PL 7519/2014	dep. Aline Corrêa (PP-SP) – Concede ao Município de Santa Isabel, no estado de São Paulo, o título de “Capital Nacional das Histórias em Quadrinhos”
PL 7816/2014	dep. Sandra Rosado (PSB/RN) – Dispõe sobre o protagonismo juvenil.
PL 8026/2014	dep. César Halum (PRB/TO) – Dispõe sobre a obrigatoriedade de cumprimento do horário de início de shows e apresentações públicas.
PL 8117/2014	dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) – Institui o Dia Nacional da Educação Profissional.
PL 770/2007	dep. Inocêncio Oliveira (PR/PE) – Institui o “Dia Nacional do Poeta” cada dia 19 de abril do calendário gregoriano em vigor no Brasil.
PL 6106/2002	dep. Luiz Alberto (PT/BA) – Denonima “Aeroporto Internacional de Salvador – Dois de Julho” o aeroporto da Cidade de Salvador, Estado da Bahia. Apensados: PL 297/2003 – dep. Alice Portugal (PCdoB-BA), PL 620/2003 – dep. Colbert Martins (PPS-BA) e PL 1601/2007 – dep. Joseph Bandeira (PT-BA).
PL 5767/2009	dep. Enio Bacci (PDT/RS) – Denomina Campus Professora Josefa Ripalda de Freitas o campus da Universidade Federal do Pampa, localizado no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
PL 1514/2011	sen. Flávio Arns (PSDB/RS) – Confere ao Município de Florestópolis, no Estado do Paraná, o título de Município-berço da Pastoral da Criança.

PL 1815/2011	dep. Rubens Bueno (PPS/PR) – Denomina o trecho da Rodovia BR-158 entre os municípios de Campo Mourão e Roncador, no Estado do Paraná, de “ESTRADA PREFEITO HORÁCIO AMARAL”.
PL 2223/2011	sen. Walter Pinheiro (PT/BA) – Denomina “Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto” o trecho ferroviário compreendido entre os Municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia – BA, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins – TO. Apensado: PL 1266/2011 – dep. Nelson Pellegrino (PT-BA).
PL 2305/2011	dep. Luiz Noé (PSB/RS) – Confere ao Município de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Produção de Ovinos.
PL 2475/2011	dep. José Guimarães (PT/CE) – Declara a “Festa do Pau da Bandeira” de Barbalha – CE, Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.
PL 2555/2011	dep. João Campos (PSDB/GO) – Dispõe sobre a denominação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Aparecida de Goiânia em Goiás.
PL 3102/2012	dep. Luis Carlos Heinze – Denomina “Rodovia José Pereira Alvarez” o trecho da BR-287, entre as cidades de São Borja e Santiago, e “Rodovia José Francisco Gorski” na extensão da BR-287, entre as cidades de Santiago e Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul.
PL 3117/2012	dep. João Arruda – Dá a denominação de Aeroporto Internacional de São José dos Pinhais – Pres. Afonso Pena, ao Aeroporto Internacional Afonso Pena, no Estado do Paraná.
PL 3150/2012	dep. Vitor Penido (DEM/MG) – Denomina “Rodovia Deputado Hugo Aguiar” a rodovia BR-352, no Estado de Minas Gerais.
PL 3766/2012	dep. Vinicius Gurgel (PR/AP) – Denomina “Rodovia Aníbal Barcelos” o trecho da BR-210 entre as cidades de Porto Grande e Pedra Branca do Amapari, no Estado do Amapá.
PL 3775/2012	dep. Romero Rodrigues (PSDB/PB) – Denomina “Rodovia Gil Galdino”, o trecho da Rodovia BR-426, entre as cidades de Piancó e Santana dos Garrotes, no Estado da Paraíba.
PL 3890/2012	dep. Renato Molling (PP/RS) – Confere ao Município de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Calçado.

PL 3953/2012	dep. Edinho Bez (PMDB/SC) – Denomina “Prefeito Durval Bez” o viaduto duplo de acesso principal à Tubarão, localizado no quilômetro 334,72, da BR-101 no Estado de Santa Catarina.
PL 3960/2012	dep. Ronaldo Benedet – Denomina “Elevado Otávio Simon”, o elevado localizado no Km 437 da BR-101, no trevo de acesso principal da cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina, que especifica.
PL 4019/2012	dep. Edinho Bez (PMDB/SC) – Denomina “Prefeito Waldemar Salles” o viaduto duplo de acesso à Tubarão Norte localizado no quilômetro 332,64, da BR-101 no Estado de Santa Catarina.
PL 4035/2012	dep. Paulo Teixeira – Denomina “Passarela Sebastião Lopes da Silva” a passarela para pedestres sobre a rodovia Presidente Dutra no Km 129, na Cidade de Caçapava, Estado de São Paulo.
PL 4039/2012	dep. Edinho Bez (PMDB/SC) – Denomina “Prefeito Paulo Osny May” o viaduto duplo de acesso à Capivari de Baixo localizado no quilômetro 329,71, da BR-101 no Estado de Santa Catarina.
PL 4127/2012	dep. Edinho Bez (PMDB/SC) – Denomina “Prefeito Dilney Chaves Cabral” o viaduto duplo de acesso aos Bairros São João e Morrotes localizado no quilômetro 336,35, da BR-101 no Estado de Santa Catarina.
PL 4130/2012	dep. Edinho Bez (PMDB/SC) – Denomina – se “Willy Alfredo Zumblick” o Túnel do Morro do Formigão localizado no quilômetro 337,8, da BR-101, em Tubarão no Estado de Santa Catarina.
PL 4251/2012	dep. Edinho Bez (PMDB/SC) – Denomina “Deputado Adhemar Paladini Ghisi” a ponte sobre o Rio Tubarão localizada no quilômetro 337,03, da BR-101 no Estado de Santa Catarina.
PL 4319/2012	dep. Aline Corrêa (PP/SP) – Confere ao Município de Americana, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Moda.
PL 4490/2012	dep. Paulo Freire (PR/SP) – Denomina “Viaduto Astésia de Moraes Batista” o viaduto construído no km 488 da Rodovia Rodovia Regis Bittencourt, no Município de Cajati – SP.

PL 4491/2012	dep. Paulo Freire (PR/SP) – Denomina “Viaduto Vereador Ângelo Baccin” o viaduto construído no km 489 da Rodovia Regis Bittencourt, no Município de Cajati – SP.
PL 4492/2012	dep. Paulo Freire (PR/SP) – Denomina “Viaduto Vereador João Francisco da Silva” o viaduto construído no km 59,2 da Rodovia Presidente Dutra, no Município de Guaratinguetá – SP.
PL 4578/2012	dep. Ronaldo Benedet (PMDB/SC) – Denomina “Ponte Willy Zumblick” a ponte localizada na travessia a montante do Rio Tubarão no Km 338 da BR-101, no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina
PL 4880/2012	dep. Pedro Chaves (PMDB/GO) – Denomina “Vinícius Calebe Xavier Oliveira Reis Sardinha” o campus de Campos Belos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, no Estado de Goiás.
PL 4935/2013	dep. Alceu Moreira (PMDB/RS) – Denomina “Viaduto Atalíbio Foscarini” o viaduto construído no cruzamento da rodovia BR-116 com a rua Rincão, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.
PL 5362/2013	dep. Vieira da Cunha (PDT/RS) – Denomina Rodovia Romildo Bolzan o trecho da rodovia BR-290, localizado entre a BR-101 e a BR-116, ligando os Municípios de Osório a Porto Alegre.
PL 5470/2013	dep. João Campos (PSDB/GO) – Dá a denominação de “Aeroporto Santa Genoveva – Governador Mauro Borges Teixeira” ao aeroporto da cidade de Goiânia, Estado de Goiás.
PL 5543/2013	dep. Wellington Fagundes (PR/MT) – Denomina “Alarice Logrado de Souza” (Dona Maruxinha) o viaduto localizado no Km 203 da BR 163/364, e que dá acesso a Avenida Médice e aos bairros da região da Vila Rosely e ao Distrito Industrial no município de Rondonópolis/MT.
PL 5648/2013	dep. Edinho Bez (PMDB/SC) – Denomina “Prefeito Otávio Zacchi” o viaduto duplo de interseção Santo Amaro – Palhoça localizado no quilômetro 216,51 da BR-101 no Estado de Santa Catarina.
PL 5815/2013	Poder Executivo – Institui o Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel.

PL 5936/2013	dep. Sandro Mabel (PMDB/GO) – Denomina “Rodovia Paulo Roberto Cunha” o trecho da rodovia BR-452 entre as cidades de Rio Verde e Itumbiara, no Estado de Goiás.
PL 5941/2013	dep. Anderson Ferreira (PR/PE) – Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet, para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual.
PL 5971/2013	dep. Edinho Bez (PMDB/SC) – Denomina “Prefeito Luiz Carlos Luiz” o viaduto simples de acesso à cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina, localizado no Km 273.98, na BR-101. Apensado: PL 6597/2013 – dep. Ronaldo Benedet (PMDB-SC).
PL 6217/2013	dep. Esperidião Amin (PP/SC) – Denomina “Rodovia Doutora Zilda Arns”, o trecho da rodovia BR-101 no Estado de Santa Catarina.
PL 6361/2013	dep. Esperidião Amin (PP/SC) – Denomina “Rodovia PRESIDENTE NEREU RAMOS” a BR 282 no Estado de Santa Catarina
PL 6364/2013	Milton Monti (PR/SP) – Denomina “AMAURY GOMES LADEIRA” o pontilhão da Rodovia Fernão Dias Km 54 no Distrito de Terra Preta em Mairiporã – SP
PL 6373/2013	dep. Andre Moura (PSC/SE) – Altera o art. 1º da Lei nº 11.327, de 24 de julho de 2006.
PL 6419/2013	dep. Aelton Freitas (PR/MG) – Denomina “José Alencar Gomes da Silva” o campus da Universidade Federal de Viçosa, localizado no município de Rio Paranaíba-MG.
PL 6526/2013	dep. Esperidião Amin (PP/SC) – Confere o título de “Capital Nacional dos Golfinhos” à cidade de Laguna, no Estado de Santa Catarina.
PL 6562/2013	dep. Gabriel Guimarães (PT/MG) – Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet – para incluir a gastronomia brasileira como segmento beneficiário da política de incentivo fiscal.
PL 6606/2013	dep. Wellington Fagundes (PR/MT) – Denomina “Trincheira Deputado Homero Pereira” a Trincheira dos Trabalhadores localizada no Km 414 da BR 364, na travessia urbana do município de Cuiabá-MT.”

PL 6711/2013	dep. Zequinha Marinho – Institui o Dia Nacional do Zootecnista
PL 7003/2013	dep. Heuler Cruvinel (PSD/GO) – Denomina “Viaduto Paulo Campos” o viaduto localizado na altura do KM 381 da BR-060 cruzamento com a Avenida Presidente Vargas, no Município de Rio Verde. Denomina “Viaduto Eurico Veloso do Carmo” o viaduto localizado na altura do KM 383 da BR-060 cruzamento com a Vila Mutirão, no Município de Rio Verde. Denomina “Viaduto Adão Ferreira Motta” o viaduto localizado na altura do KM 384 da BR-060 cruzamento com o Bairro Gameleira, no Município de Rio Verde. Denomina “Viaduto Nestor Fonseca” o viaduto localizado na altura do KM 386 da BR-060 cruzamento com a Avenida Promissão, no Município de Rio Verde. Denomina “Viaduto Sebastião Arantes” o viaduto localizado na altura do KM 393 da BR-060 cruzamento com a Perdigão, no Município de Rio Verde.
PL 7152/2014	dep. Laercio Oliveira (SD/SE) – Denomina “Urbanista Lúcio Costa” o Complexo da Plataforma e da Estação Rodoviária do Plano Piloto, localizado em Brasília – DF.
PL 7254/2014	dep. Luciana Santos (PC do B/PE) – Institui a meia-entrada em eventos públicos de cultura, esporte e lazer para doadores regulares de sangue, e dá outras providências.
PL 7354/2014	dep. Luciana Santos (PC do B/PE) – Cria o Fundo de Desenvolvimento da Mídia Independente, e dá outras providências.
PL 7690/2014	Giovani Cherini (PDT/RS) – Institui o dia 25 de julho como o “Dia Nacional da Cultura e da Paz”, e dá outras providências.
PL 7903/2014	Sen. Benedito de Lira (PP/AL) – Institui o Dia Nacional da Amazônia Azul.
PL 8030/2014	dep. Liliam Sá (PROS/RJ) – Institui o Dia Nacional do Capelão Evangélico Civil e Militar, e dá outras providências.

Com a Palavra

UM UNIVERSO CHAMADO CULTURA

Jandira Feghali

Deputada Federal (PCdoB/RJ)

Ex-presidenta da Comissão de Cultura

A Cultura brasileira é uma espécie de arco-íris que se destaca a partir de formas variadas de expressar nossas intensas e diversificadas identidades. Uma paleta com tonalidades infinitas, sem regras de combinações. Sua beleza e maior riqueza são exatamente a pluralidade. Nuances que vão do canto das quilombolas de Goiás aos contos dos bois amazônicos Caprichoso e Garantido. Passa pelas danças típicas do Nordeste, pelo teatro mambembe de São Paulo, pelo som da viola caipira, pelo retumbar das baterias e dos blocos no carnaval do Rio de Janeiro e pelo folclore do Rio Grande do Sul.

São inúmeras as manifestações por este Brasil afora. Manifestações de nosso povo que reforçam nossa identidade com criatividade, diversidade, multiplicidade e a inspiração de cada cidadão brasileiro. Cultura que pulsa nosso Brasil diferente, misturado e místico. Um país repleto de patrimônios, espalhados em comunidades, periferias e centros urbanos.

É desse caldeirão fervilhante que pulsa o coração da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados ao trazer os mais significativos debates, como a reforma da Comunicação, a defesa da cultura regional e das mídias livres, o acesso ao livro e leitura, o reforço da identidade nacional e a construção de pontes entre a cultura da academia e a cultura popular.

Em 2014, celebramos a aprovação de matérias fundamentais, como a Lei Cultura Viva, conferindo à Cultura destaque como política

estruturante. O próximo ano será decisivo para dar uma resposta às demandas que nascem todos os dias em nossa nação, garantindo a democratização da cultura e comunicação, mais recursos para a área, o fomento às mídias comunitárias e independentes e a transversalidade com a educação.

É com esta pauta que continuaremos lutando para trazer respeito e dignidade necessários para o que há de mais genuíno nesse colorido de símbolos e formas nacionais, um imenso universo chamado Cultura.

VALE CULTURA: PROJETO DOS PARLAMENTARES, CONQUISTA DOS TRABALHADORES

Cida Borghetti

Deputada Federal (PROS/PR)

Membro da Comissão de Cultura

Participar como autora do Projeto de Lei de criação do Vale-Cultura, juntamente com meus colegas parlamentares da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, foi um grande orgulho, tanto pela lei de nossa autoria aprovada e sancionada, mas principalmente pelo objetivo do programa que contribui para o acesso à cultura pelos trabalhadores brasileiros.

Ainda precisamos avançar no convencimento dos empresários para que disponibilizem aos seus funcionários esta ferramenta de suma importância, capaz de qualificar este trabalhador num agente transformador da cultura local.

Nossas necessidades mais básicas para ter uma vida próspera certamente passarão por saúde, educação, segurança, transporte, mas a cultura tem o efeito saudável para a alma, trazendo alegria ao expectador de uma peça de teatro, um show de música, um espetáculo de dança, um filme, um livro, o contato com as artes visuais. A cultura torna as pessoas mais sensíveis, menos agressivas, promove a união dos povos, torna os cidadãos melhores e multiplicadores de boas experiências.

Passamos pela vida e deixamos nossa história, nossa cultura para que as novas gerações continuem a existência da humanidade no planeta.

O DESAFIO DA VALORIZAÇÃO DA CULTURA

Professora Dorinha Seabra

Deputada Federal (DEM/TO)

Membro da Comissão de Cultura

Mais um mandato legislativo está findando e pautas importantes da Cultura permanecem pendentes. A exemplo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 150, que hoje é a PEC 421. A proposta que determina que, anualmente, 2% do orçamento federal, 1,5% dos estados e 1% dos municípios, advindos de receitas resultantes de impostos, sejam aplicados diretamente em Cultura já teve sua tramitação concluída na comissão especial e desde 2009 aguarda para entrar na pauta de votação.

A valorização da cultura nacional depende de um decisivo e continuado apoio governamental. Esta é também a regra no resto do mundo, ou, pelo menos, nos países em que a cultura é considerada como um valor a ser preservado e promovido.

É pública e notória a baixa execução orçamentária por parte da União na área. E no caso de estados e municípios, as ações culturais limitam-se, na maioria dos casos, a festas de carnaval, aniversário de cidades e eventos agropecuários. A cultura é muito mais que isso e a população é a maior prejudicada.

Além disso, não tem como separar a cultura da educação e a boa formação educacional passa por uma visão mais ampla de cultura. A escola ainda não está preparada para investir na riqueza cultural de cada região. A própria formação do professor não tem esse olhar aberto para a área. Falta espaço adequado e a formação docente deixa a desejar. Mas, independente disso, não tem como separar o ser humano do seu potencial criativo.

No próximo mandato, precisaremos trabalhar mais em prol de políticas públicas permanentes integrando as duas áreas, com investimento contínuo. Sem essa garantia, não há continuidade.

OS DESAFIOS DA CULTURA PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Gabriel Chalita

*Deputado Federal (PMDB/SP)
Membro da Comissão de Cultura*

Num mundo em que a complexidade cresce em ritmo galopante e a globalização, sobretudo pela convergência digital das novas formas de comunicação, estreita o contato dos seres humanos dos mais diversos cantos do mundo, vale a pena lembrar o importante papel que a cultura exerce ao permear essas novas relações sociais.

Para tanto, gostaria de relembrar um conceito muito caro à antropologia e à filosofia: a alteridade. Ela pressupõe que a existência do “eu-individual” é firmada a partir do contato com o outro. Em outras palavras, o indivíduo só conhece a si próprio, quando esbarra com o outro, com o diferente.

Desse encontro, tão carregado de simbolismo, mas quase sempre tão pouco notado, permite-se a compreensão do mundo a partir de um olhar diferenciado, sensibilizado pela experiência do contato com um indivíduo e com uma cultura tão diferente da nossa. Permite-se o início de uma relação baseada no amor, no diálogo e no respeito às diferenças existentes entre os povos. Alteridade é, enfim, nos colocarmos no lugar do outro.

Praticar a alteridade, portanto, é exercer a cidadania. E, aqui, o Estado tem papel fundamental, na medida em que seu modo de atuação diz muito sobre o projeto de nação, de país.

Nossa política cultural e educacional deve, assim, priorizar os princípios mais elementares da cidadania: a alteridade, o respeito, o amor, a generosidade, a gratidão. Princípios que viabilizem a formação do cidadão brasileiro capaz não só de olhar, mas, principalmente, escutar. Sentir. Respeitar. Colocar-se no lugar do outro.

O grande jurista Miguel Reale disse, certa vez, que “no universo da cultura – o centro está em toda a parte”. Criar cidadãos capazes de compreender essa mensagem é o grande desafio da cultura para os próximos anos.

DIÁLOGOS NAS FRONTEIRAS

Chico Simões

Coordenador do Ponto de Cultura Invenção Brasileira

“Cultura popular não é o que se chama tecnicamente de folclore, mas uma linguagem em permanente rebelião histórica. O encontro dos revolucionários desligados da razão burguesa com as estruturas mais significativas desta cultura será a primeira configuração de um novo signo verdadeiramente revolucionário”.

Glauber Rocha

Historicamente combatidas, renegadas, proibidas e excluídas das políticas públicas, das mídias comerciais e das religiões oficiais, as Culturas Populares sobrevivem, até hoje, pela força intrínseca dessas tradições, com o apoio das comunidades a que pertencem e de raros intelectuais alertas contra as armadilhas do pensamento eurocêntrico e economicista do mundo.

O encontro desses intelectuais e de uma nova geração de gestores públicos com as estruturas internas das tradições culturais, auxiliados pelas tecnologias colaborativas, livres e abertas, está gerando movimentos políticos articulados em redes sociais, que avançam, abrindo espaços de diálogo onde, historicamente, houve exclusão fundamentada numa visão preconceituosa e, quando muito, “folclorista” da dinâmica diversidade identitária do povo brasileiro.

Esses diálogos nas fronteiras nem sempre são amistosos, pois implicam muitas vezes “traduzir”, ampliando conceitos e “visões de mundo”, não raro excludentes, mas a maior dificuldade tem sido combater a lógica capitalista da “espetacularização” da cultura imposta ao mundo pela indústria cultural, que centraliza a produção e globaliza o consumo, inclusive de símbolos imateriais, engolindo, assim, as culturas locais identitárias.

Para agravar a situação, Estados emergentes ou em desenvolvimento, na periferia do capitalismo, como o Brasil, adotam políticas de inclusão baseadas unicamente no acesso aos bens materiais, mas não promovem a inclusão social cidadã. Apenas transformam pessoas singulares em

consumidores universais, esquecendo que a identidade cultural é um bem, mas não é mercadoria.

O desafio que se apresenta não é pequeno. É urgente reverter essa tendência que insere as tradições culturais populares no mercado de bens de consumo e da espetacularização, acreditando-se na promoção da inclusão por este caminho. Precisamos nos contrapor a esse mundo apresentando alternativas práticas, como exemplo de desenvolvimento sustentável, substituindo gradativamente a lógica das monoculturas competitivas pelas permaculturas colaborativas da diversidade cultural.

O “futuro” que nos foi cantado e decantado ruiu. Novas passagens estão sendo construídas nas fronteiras móveis do tempo. Nosso tempo.

DESAFIOS DA CULTURA BRASILEIRA HOJE

Antonio Albino Canelas Rubim

Secretário de Cultura da Bahia

Desde o governo Lula e a gestão de Gilberto Gil no Ministério, a cultura ocupou um dinâmico patamar de interlocução e diálogo com sociedade, comunidades culturais, governos, partidos e organismos internacionais. Este patamar possibilitou a inauguração de inovadoras políticas culturais nacionais e inspirou políticas estaduais e municipais de cultura. Mesmo com a depressão deste patamar político-cultural acontecida no governo Dilma, parcelas destas políticas culturais resistiram e foram continuadas, mesmo em condições por vezes adversas, a exemplo do Plano Nacional de Cultura, do Sistema Nacional de Cultura, do Programa Cultura Viva, para citar os mais destacados. Esta circunstância de avanços e recuos coloca em cena enormes desafios para a cultura e as políticas culturais no Brasil. Alguns deles estão anotados a seguir.

1. Estar integrada ao processo de desenvolvimento brasileiro

O desenvolvimento é sempre e necessariamente econômico, social, político, ambiental e cultural. A cultura deve ser reconhecida pelo governo e sociedade como componente essencial do processo de desenvolvimento. Não há desenvolvimento do país sem um correspondente desenvolvimento cultural. O desenvolvimento cultural envolve e fortalece

dimensões coletivas e individuais da sociedade. Ele engloba comportamentos, ideários, sentimentos, imaginários, valores, etc.

2. Desenvolver uma cultura cidadã

No desenvolvimento brasileiro hoje existem descompassos visíveis entre a inclusão social e econômica de aproximadamente 40 milhões de brasileiros em quase 12 anos e o avanço das mudanças na esfera política, no meio-ambiente e na cultura. O Brasil possui ricas culturas populares e identitárias, mas apresenta uma profunda exclusão e falta de acesso em diversas modalidades culturais, tais como: artes visuais, bibliotecas, cinemas, concertos, culturas digitais, danças, exposições, galerias, leitura, livros, museus, teatros etc. A pluralidade e a diversidade regional da mídia é bastante reduzida. Muitos valores conservadores são impostos, impregnados de desrespeito, discriminações e preconceitos de classe social, de origem regional, de raça, de gênero, de orientação sexual, de faixas etárias e de violência com a alteridade. É preciso: reconhecer e valorizar as diversas culturas existentes (identitárias, populares, etc.); realizar um amplo processo de inclusão cultural nas modalidades excludentes; democratizar e tornar a mídia plural e conformar uma cultura cidadã, sintonizada com as mudanças e novos valores emancipatórios, de paz, respeito à diversidade e estímulo aos diálogos interculturais.

3. Tornar os orçamentos condizentes com riqueza e a diversidade da cultura brasileira

A cultura necessita de mais recursos: nacionais, estaduais, municipais, das empresas e dos públicos. Ela precisa de recursos mais continuados e permanentes e de um melhor e mais complexo sistema de financiamento à cultura. Um sistema de financiamento tão complexo quanto cultura brasileira. Um sistema de financiamento que envolva, de modo colaborativo: estado, empresa e público. O atual sistema de financiamento à cultura no país é completamente distorcido com o predomínio das leis de incentivo. Elas não têm a capacidade de universalizar o atendimento provenientes das variadas modalidades culturais existentes, pois estão submetidas à lógica mercantil e ao marketing cultural. Neste contexto, a ampliação do Fundo Nacional de Cultura, bem mais universalizável, aparece como imprescindível. Ele deve ser, pelo menos, igual aos recursos destinados às leis de incentivo. Fundamental também a criação de novos dispositivos de financiamento adequados à complexidade e às singularidades da cultura, a exemplo de financiamentos coletivos, economia solidária, microcréditos, etc. As leis de incentivo devem

ser revistas, visando trazer mais recursos efetivos das empresas para a cultura e estimular as pessoas físicas a investirem mais na área. O mercado cultural deve ser incentivado, através de mecanismos que busquem sua ampliação e a formação de públicos consumidores.

4. Realizar plenamente as metas do Plano Nacional de Cultura

Compromisso pleno com a efetivação das 53 metas do Plano Nacional de Cultura, inclusive implantando planos estaduais, municipais e setoriais de cultura. Acompanhar e avaliar periodicamente a execução do Plano Nacional de Cultura. Aprimorar o planejamento, a estabilidade e a continuidade das políticas culturais. Buscar afirmar políticas públicas de Estado e não apenas de governo.

5. Implantar, desenvolver e consolidar o Sistema Nacional de Cultura

Regulamentar a lei da emenda constitucional que cria o Sistema Nacional de Cultura. Estimular a implantação de sistemas estaduais, municipais e setoriais de cultura articulados ao Sistema Nacional de Cultura. Por meio dos sistemas, construir uma maior continuidade e estabilidade às políticas no campo da cultura e definir responsabilidades claras e diferenciadas para os participantes do sistema. Aprimorar, profissionalizar e qualificar a gestão e as políticas culturais. Implantar e consolidar programa e rede de formação e qualificação em cultura. A formação emerge como vital para a consolidação e a qualidade do Sistema Nacional de Cultura. Ele deve buscar um desenvolvimento da cultura mais dinâmico, integrado, equânime e criativo.

6. Fortalecer políticas de diversidade cultural e de diálogos interculturais

Reconhecimento e respeito à diversidade cultural brasileira e mundial. Ampliação dos diálogos interculturais no Brasil e do Brasil com o mundo, em especial: América do Sul, África, CPLP, países emergentes. Desenvolvimento de políticas de intercâmbio e cooperação culturais. Implantação de políticas de circulação cultural no Brasil. Democratização e desenvolvimento de políticas na área da distribuição de bens culturais.

7. Formular e implantar políticas setoriais de cultura

As políticas setoriais assumem importante lugar de complementação das políticas culturais mais gerais. Sem elas, as políticas culturais ficam fragilizadas e perdem consistência. Devem ser desenvolvidas políticas setoriais em todas as áreas culturais possíveis, dentre elas:

Artes, Patrimônio, Culturas Populares, Culturais Identitárias (Afro-brasileira, Indígenas, culturas de Imigrantes, Ciganas, Mulheres, LGBT, Infância, Juventude, Idosos, Deficientes Físicos etc.), Culturas Digitais, Museus, Livro e Leitura etc.

8. Articular políticas transversais de cultura

As políticas culturais no mundo e no Brasil contemporâneo não podem ficar restritas ao próprio campo da cultura. Elas devem extrapolar estes campos e dialogar com outras áreas afins à cultura. Nesta perspectiva, elas devem potencializar suas articulações com outras políticas públicas, mas sem nunca perder seu foco específico: o compromisso com desenvolvimento da cultura. Áreas afins como Educação, Comunicação, Relações Exteriores, Turismo, Economia, Trabalho, Saúde e muitas outras devem ser parceiras de políticas públicas transversais.

9. Desenvolver programas e projetos emblemáticos de cultura

Reanimar programas emblemáticos criados no país, tais como: Cultura Viva (Pontos de Cultura), Revelando Brasil, Brasil de Todas as Telas, Brasil Plural, DOC-TV e outros.

REGULAMENTAÇÃO DA LEI CULTURA VIVA

Lula Dantas

Representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

Estivemos reunidos na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados para discutir em Audiência Pública a regulamentação da Lei Cultura Viva – sancionada neste ano de 2014, depois de mais de três anos de mobilização e histórica pressão popular dos agentes que labutam para manter viva a cultura brasileira nos municípios, nas comunidades, na base, no ponto.

A lei vem também reconhecer 10 anos de implementação da política dos pontos, pontinhos e pontões de cultura, hoje denominada Política Nacional de Cultura Viva, política esta que realmente ‘desescondeu’ milhares de instituições culturais nunca antes atendidas por políticas públicas de cultura. Além de desesconder os grupos e agentes culturais, a política promoveu a articulação em rede, a criação de redes de trocas,

a formação-educação-interação nas mais variadas linguagens artísticas, em ferramentas de comunicação, em política cultural e em cidadania.

Durante esses 10 anos, o PCV reuniu em fóruns e teias regionais, territoriais, estaduais e nacionais, milhares de fazedores da cultura que passaram a se comunicar, apoiar, articular, criar parcerias, estabelecer laços de trabalho e de solidariedade, tecendo uma rede com capilaridade nacional e em diálogo ainda com redes internacionais de cultura.

Os pontos de cultura articulam-se ainda em redes, fóruns e teias temáticas de gênero, sexualidades, acessibilidade, matriz africana, culturas indígenas, livro, leitura e literatura, ação griô, artes negras, teatro, circo, comunicação social e rádios comunitárias, cultura popular, pesquisa, patrimônio material, patrimônio imaterial, legislação, sustentabilidade, criança e adolescente, juventude, hip hop, cultura alimentar, cultura de paz, grupo amazônico, PCS rurais, articulação latino americana, museologia, música, economia solidária, capoeira, dança, audiovisual, cultura digital, pontões e cultura e saúde – dados do IV FNPDC-natal-2014.

Como resultado de todo esse trabalho, temos hoje a representação dos pontos de cultura, por meio de seus agentes nos conselhos municipais, estaduais e nacionais, e não só de cultura, mas de educação, meio ambiente, promoção da igualdade racial, assistência social, participando proativamente da implementação do sistema nacional de cultura, comprovando a excelência e a eficácia do PCV.

Nossos anseios históricos:

- Que seja realmente corrigido o problema do excesso da burocracia, com a criação de processos simplificados de acompanhamento unificados nacionalmente e que convirjam para uma plataforma de transparência, acompanhamento público das ações da política, dos projetos, das instituições e dos valores investidos.
- Que seja realmente reconhecida a instituição cultural enquanto ponto de cultura e não apenas com foco na execução de um projeto cultural. Que a prestação de contas seja realmente simplificada, já que partimos do pressuposto de um reconhecimento a instituições com histórico relevante.
- Que a participação e o controle social sejam efetivamente reconhecidos e garantidos por meio do fortalecimento das comissões estaduais e temáticas que compõem a comissão nacional

dos pontos de cultura, com a previsão de recursos e autonomia para sua articulação, rotina de reuniões e realização de fóruns.

- Que a gestão compartilhada seja efetivamente garantida e saía do papel e dos discursos, com a criação dos comitês gestores locais, municipal, estadual e nacional da PCV. Que haja garantia de recursos não contingenciáveis para a execução da política de base comunitária do ministério da cultura.
- Fomento às ações temáticas e estruturantes da PCV.
- Formação-educação-interação continuada e de qualidade entre os PCS, nas variadas linguagens, em gestão de projetos específicos da PCV, em ferramentas de comunicação, em políticas culturais e em cidadania – participação e controle social de políticas públicas de cultura. Que haja investimento em recursos humanos, físicos e políticos para a implementação da PCV no âmbito do Ministério da Cultura, dos governos estaduais e municipais. Cientes de que a política, embora inovadora e corajosa, ainda não contempla a realidade institucional dos grupos da cultura popular-tradicional, que sejam previstas prescrição e ações compensatórias para que sejam sanadas as questões dos PCS inadimplentes, por questões de má gestão, tanto do ponto quanto dos gestores públicos da política, sem prejuízo ao erário.

Faz-se necessário dar continuidade ao processo de regulamentação da lei e ao mesmo tempo ampliar o diálogo com a sociedade brasileira, com os gestores e com os-as agentes que fazem a política, com as comissões estaduais e temáticas da CNPDC, por meio de audiências públicas para adequações a legislação local, mobilização para criação de leis estaduais da PCV. Nivelamento das informações com os PCS e com a comunidade local. inserindo a política de base comunitária do minc no âmbito do snc e dos sistemas estaduais e municipais de cultura.

Deve-se entender que a política acontece nos municípios e não no estado, para a PCV chegar aos municípios será necessário a articulação e o engajamento dos agentes comunitários, dos agentes de saúde, dos professores e de servidores municipais que não são Poder Público, são boa parte dos assalariados da cidade, tendo em vista que nos pequenos municípios a folha de pagamento das prefeituras é a principal renda, a maioria destes servidores recebe até um salário mínimo, não tem poder de deliberação. Faz-se necessário reconhecer ainda os que representam seguimentos tradicionais, que desenvolvem atividades cidadãs em

suas comunidades. Faz-se necessário respeitar e valorizar os conceitos originais do PCV que são: promover a autonomia o empoderamento e o protagonismo da sociedade civil na implementação de políticas públicas; promover a articulação em rede; promover a gestão compartilhada.

Quero agradecer a todos e todas que dedicaram seu tempo, sua criatividade e sua articulação na avaliação, acompanhamento e proposições da PCV. Em especial, a CNPDC, a equipe da SCDC, a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, as deputadas Alice Portugal e Jandira Feghali.

Temos a oportunidade de consolidar um programa potencialmente vigoroso numa política pública de base comunitária para a cultura brasileira. Essa é a dimensão do nosso trabalho e a nossa reflexão vem no sentido de que esta política contemple a diversidade cultural brasileira, para tanto, inaugura-se um novo momento de ruptura, pois o que está dado, ainda não é suficiente para manter viva a Cultura Viva.

Salve os pontos, pontinhos e pontões de cultura do Brasil, pois graças ao seu protagonismo inauguramos uma nova etapa, caminhando para os próximos 10 anos, queremos bem mais de 20.000 PCS reconhecidos e fomentados.



Conheça outros títulos da Edições Câmara no portal da
Câmara dos Deputados: www.camara.leg.br/editora